



CCDR
ALENTEJO

Boletim Trimestral 28



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

Na Região do Alentejo, verifica-se o paradoxo da população estar simultaneamente a envelhecer na base, devido à redução dos jovens e a rejuvenescer no topo da estrutura, em virtude da diminuição dos idosos. Esta dinâmica está directamente associada à redução da fecundidade e à elevada ocorrência de óbitos nas idades mais avançadas.



Ficha Técnica

Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

- Roberto Pereira Grilo

Diretor Executivo

- Joaquim Fialho

Conceção Gráfica e Paginação

- Gabinete de Comunicação

Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Carlos Almeida
- Maria João Alface
- Nelson Faustino
- Teresa Godinho

Colaboradores externos

- CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) - Luís Mira, Secretário-Geral

Edição

Março 2018

Capa

Porto de Sines

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

4 Conjuntura Regional

10 Temas em destaque

O Envelhecimento Demográfico na Região Alentejo

17 Fluxos de Mercadorias no Alentejo - 2016

22 Cinco Cenários para o Futuro da Europa

28 Perspetiva 2020

Alentejo: Vasta Região, Grande Futuro

32 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

36 Síntese da Execução

(Se desejar, clique nos títulos para visualizar diretamente os conteúdos.)

Conjuntura Regional • 4º Trimestre de 2017

O mercado de trabalho regional revela uma evolução favorável, relativamente ao trimestre homólogo, apesar de se verificarem algumas tendências negativas, nalguns indicadores, relativamente ao trimestre anterior.

A tendência desfavorável revela-se nas variações negativas, face ao trimestre anterior, da população empregada por conta de outrem e do rendimento médio mensal líquido (que passou de 823€ para 817€), assim como da variação positiva da taxa de desemprego (+13,5%) e da população desempregada que teve um acréscimo de 13,5%. No entanto, continua a haver tendência favorável no acréscimo na população activa (+0,4%), na taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade (+0,5%) e no decréscimo de 1,3% na população desempregada inscrita nos serviços de emprego.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 4º Trimestre de 2017 - Mercado de trabalho

Indicador	4º Trimestre 2017	3º Trimestre 2017	4º Trimestre 2016	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Mil.)	350,5	349,1	341,5	2,6	0,4	INE
População empregada por conta de outrem (Mil.)	321,1	323,2	304,1	5,6	-0,6	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	817	823	805	1,5	-0,7	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	56,3	56	54,8	2,7	0,5	INE
Taxa de desemprego (%)	8,4	7,4	11	-23,6	13,5	INE
População desempregada (Milh.)	29,5	26	37,4	-21,1	13,5	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	26,5	26,8	31,8	-16,7	-1,3	IEFP

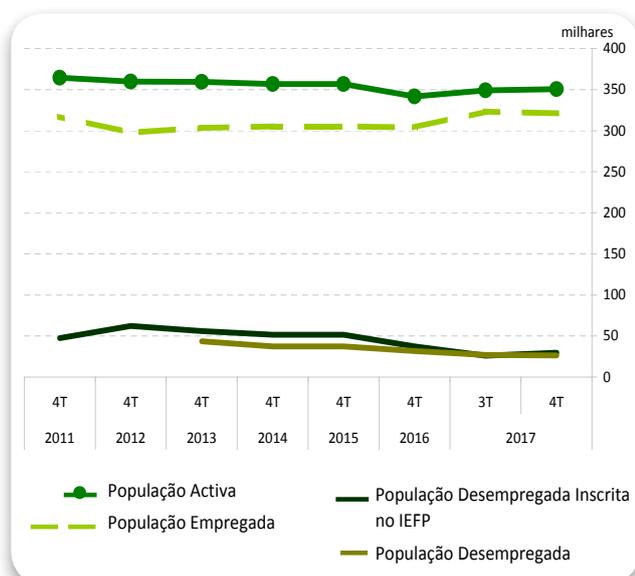
Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Relativamente ao período homólogo, as tendências continuam favoráveis em todas as variáveis apresentadas.

A tendência negativa das variáveis apontadas, no 4º trimestre face ao anterior, levou-nos a comparar os períodos homólogos desde 2011, isto é, a perceber o histórico destas variáveis ao longo dos 4º trimestres. Neste contexto, conclui-se que a população activa vem revelando uma tendência decrescente, invertendo a situação no 4º trimestre de 2016, o que induz a algumas expectativas relativamente ao comportamento futuro.



População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo – Evolução de 2011 a 2017



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Já a população empregada, apesar da ligeira tendência negativa face ao trimestre anterior, desde 2015 que vem revelando uma recuperação positiva, apresentando um valor de 4º trimestre em 2017, bastante mais positivo que nos anos 2012 a 2015. Quer a população desempregada, quer a desempregada inscrita nos serviços do IEFP, apresentam valores mais favoráveis que nos restantes períodos homólogos, desde 2011.

Os empréstimos concedidos pelo sector bancário às famílias, revelam uma variação ligeiramente negativa face ao trimestre anterior, mas ainda positiva face ao período homólogo

No entanto, os empréstimos concedidos às sociedades diminuíram, quer relativamente ao trimestre anterior, quer ao período homólogo.

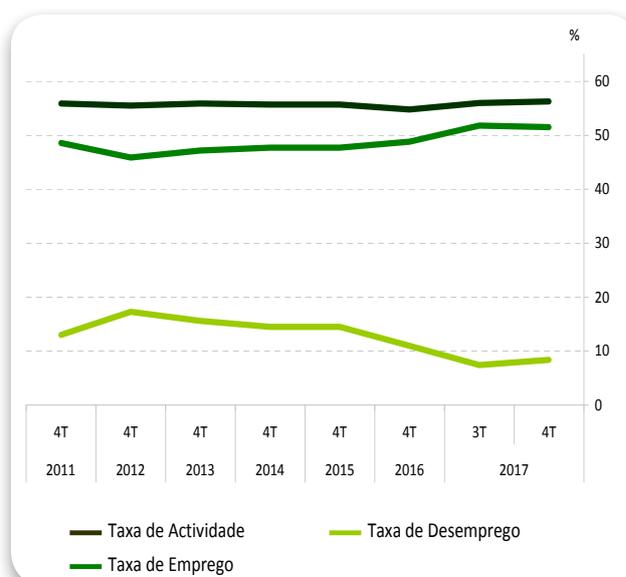
Indicadores de conjuntura - Alentejo - 4º Trimestre de 2017 - Avaliação Bancária

Indicador	4º Trimestre 2017	3º Trimestre 2017	4º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	4,8	5,2	5,3	-9,4	-7,7	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶ €)	8516	8528	8505	0,1	-0,1	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	309,9	308,6	307,1	0,9	0,4	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	9,8	10,4	14,5	-32,4	-5,8	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	4275	4375	4440	-3,7	-2,3	BP

Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Apesar da tendência relativamente constante da taxa de actividade, ao longo dos 4º trimestres, desde 2011, a taxa de emprego revela a tendência ascendente, acompanhada da evolução descendente da taxa de desemprego.

Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2011 a 2017



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

Assim, tendo em conta a sazonalidade do 4º trimestre, desde 2011, a evolução destas variáveis pode considerar-se favorável a uma evolução positiva do mercado de trabalho regional.

Ainda no âmbito dos empréstimos concedidos às famílias, apesar de se verificar uma variação negativa, relativamente ao trimestre anterior, o número de devedores que recorreu a empréstimos, revela uma tendência crescente. Esta tendência crescente também se verifica relativamente ao período homólogo. Porém, o rácio de crédito vencido relativamente aos empréstimos concedidos às famílias, revela uma tendência favorável, dado ter variação negativa em ambos os períodos de referência, em análise.

De salientar que também o rácio de crédito vencido relativamente aos empréstimos concedidos às empresas revela variações negativas de 32,4% em relação ao período homólogo e de -5,8% relativamente ao trimestre anterior.

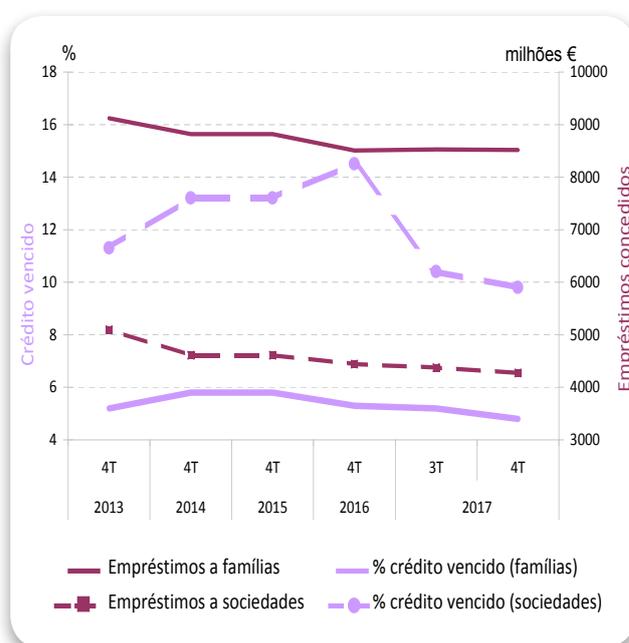
Comparando a situação verificada nos 4º trimestres, desde 2013, verifica-se que a tendência dos empréstimos concedidos, quer às famílias, quer às sociedades, vem sendo decrescente, apesar de nestas, essa tendência ser mais acentuada.

O rácio de crédito vencido, teve ainda uma tendência crescente, até 2015 nas famílias e até 2016 nas sociedades. A partir destas datas, tem havido, em ambas as situações, tendências decrescentes, sendo a das sociedades, bastante mais acentuada.

No que se refere à habitação, continua a verificar-se a subida dos valores da avaliação bancária dos alojamentos, tendo chegado o valor do m² a 974€, constatando-se uma variação positiva deste indicador de 27€/m², face ao período homólogo.

O nº de fogos com licença de construção, apesar de continuar sem grande dimensão (38), revela uma variação negativa de 10 fogos com licença de construção, face ao ano anterior e menos 33 fogos que o trimestre anterior. Por sua vez, a avaliação bancária dos alojamentos tem continuado a aumentar o valor do m².

Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades - Alentejo - 4º Trimestre de 2017



Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 4º Trimestre de 2017 - Habitação e Turismo

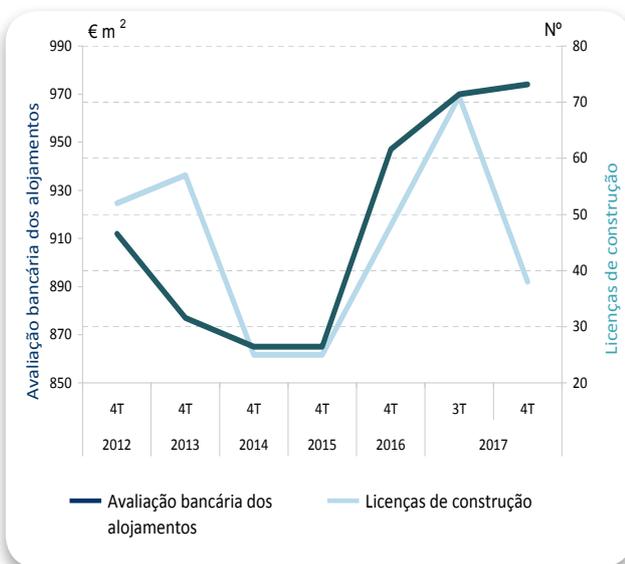
Indicador	4º Trimestre 2017	3º Trimestre 2017	4º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	38	71	48	-20,8	-46,5	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	974	970	947	2,9	0,4	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	96,2	201,1	78,1	23,1	*	INE
Turismo - proveitos totais (10 ³ €)	5974	12032	4735	26,2	*	INE

Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

Se for tida em conta a evolução destas duas variáveis num período temporal mais alargado (desde 2012) pode concluir-se que no período 2013-2015, o número de licenças de construção teve o seu pior momento mas, após alguma falta de definição de tendência, a partir do 3º T de 2017, a situação desta variável está acima da situação apresentada em 2012, sendo que as licenças de construção, no 4º trimestre, quebraram a tendência que se vinha verificando.

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos – Alentejo - Evolução 2012 a 2017



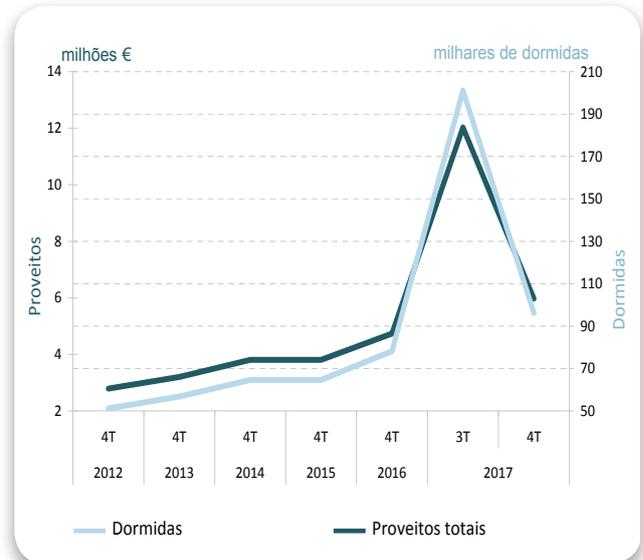
Fontes: INE - Infoline

Já a avaliação bancária dos alojamentos, desde 2015 que revela a tendência continuamente ascendente, ultrapassando em 2017, os valores de avaliação praticados em 2012.

Quanto ao turismo, continua a revelar-se um sector em ascensão, comprovada pelo crescimento de 23,1% no número de dormida e de 26,2% nos proveitos, o que corresponde a cerca de mais 18 000 dormidas e 1,2 milhões de euros de proveitos, face ao período homólogo.

Desde 2012 que a tendência destas duas variáveis se tem revelado ascendente. No entanto, o número de dormidas tem aumentado proporcionalmente mais que os proveitos, o que pode levar a crer que o valor das dormidas tem diminuído com o aumento da oferta.

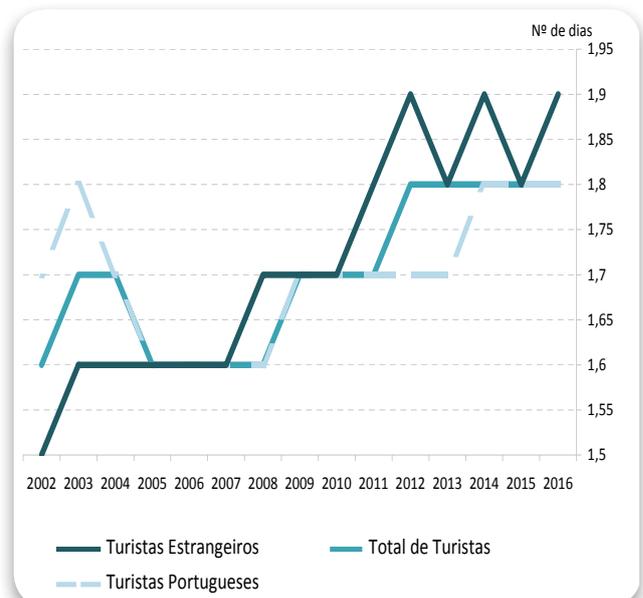
Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução 2012 a 2017



Fontes: INE - Infoline

A estada média na região, em número de dias, em estabelecimentos hoteleiros, tem vindo a aumentar muito ligeiramente, estando a chegar a uma média de dois dias, média que praticamente se tem vindo a manter desde 2014. Há uma ligeira tendência de os turistas estrangeiros, permanecerem um pouco mais de tempo na região, relativamente aos nacionais.

Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2002 a 2016



Fontes: INE - Infoline

As Importações/Exportações continuam a assumir uma importância relevante para a região, sendo de salientar que o saldo da balança comercial no Alentejo continua a manter-se positivo

Quer as importações, quer as exportações revelaram uma variação positiva relativamente ao trimestre homólogo, mas uma variação negativa face ao trimestre anterior.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 4º Trimestre de 2017 - Exportação / Importação

Indicador	4º Trimestre 2017	3º Trimestre 2017	4º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	271,5	286,6	261,1	4,0	-5,3	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	216,9	236,7	197,9	9,6	-8,3	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	54,6	50,0	63,2	-13,6	9,4	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	199,1	235,5	193,6	2,8	-15,4	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	169,7	209,9	174,3	-2,6	-19,2	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	29,4	25,5	19,3	52,4	15,1	INE

Fonte: INE - Infoline

As trocas comerciais na região, decorrem sobretudo no espaço intra-comunitário.

A variação negativa das exportações, face ao trimestre anterior, deveu-se sobretudo ao decréscimo do comércio intra – comunitário, apesar da tendência contrária no mesmo espaço territorial, face ao período homólogo. Já as exportações extra comunitárias, apesar da tendência decrescente face ao período homólogo, tiveram um acréscimo de 9,4% face ao trimestre anterior.

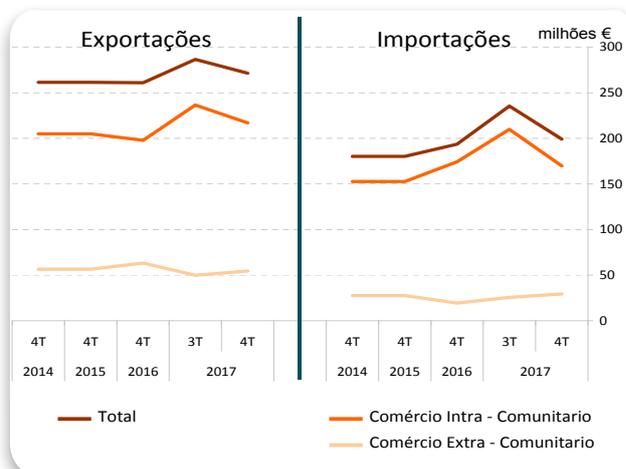
No que concerne às importações, revelam tendências crescentes no espaço extracomunitário e decrescentes no espaço intra comunitário.

Analisando o comportamento do comércio externo, em iguais períodos, ao longo dos anos, pode concluir-se, genericamente, o seguinte:

- A região tem continuamente maiores valores de exportações do que de importações, mantendo uma balança comercial positiva;
- As exportações têm vindo a manifestar uma tendência ascendente, mas as importações também;
- As trocas comerciais no espaço intra comunitário têm um valor substancialmente superior às que se processam no espaço extra comunitário;

- As exportações para o espaço extra comunitário não revelam uma tendência continuada, enquanto as importações do mesmo espaço, após a ligeira quebra verificada em 2016, parecem ter retomado uma tendência ligeiramente crescente;
- No espaço intra comunitário, as importações revelam um movimento ascendente, ligeiramente quebrado em 2017, enquanto as exportações, após a ligeira quebra de 4º trimestre de 2016, revelam uma tendência crescente.

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra-Comunitário - Evolução de 2014 a 2017



Fonte: INE - Infoline

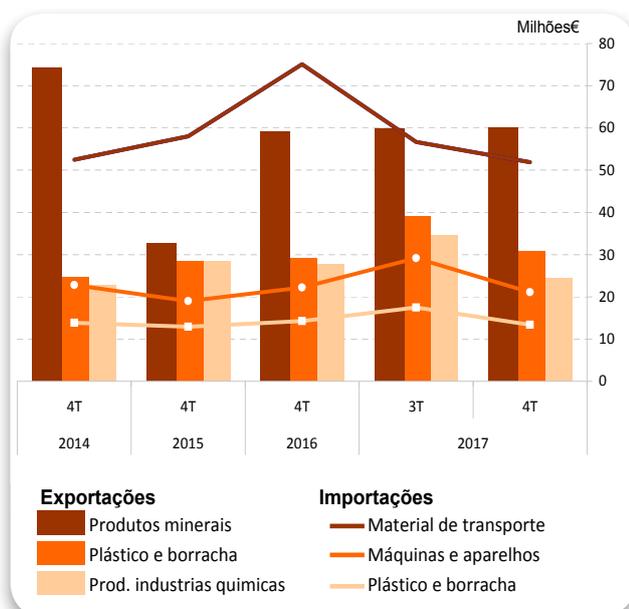
O material de transporte continua a ser o bem mais importado e os produtos minerais os mais exportados

Esta situação não é nova, sendo que a exportação de minerais, revela uma tendência ligeiramente crescente, face ao período homólogo. Os plásticos e borrachas, apesar da tendência decrescente face ao trimestre anterior, revelam tendência ligeiramente crescente face ao período homólogo. Já a exportação de produtos industriais químicos tem uma tendência decrescente face a outros períodos homólogos.

O material de transporte continua a ser o bem mais importado, apesar da tendência decrescente desde o início de 2017. No entanto, a importação de máquinas e aparelhos revela uma ligeira tendência ascendente, caso tenhamos em conta as situações nos 4º trimestres.

Já a importação de plásticos e borracha, após a tendência ascendente revelada no último trimestre, retoma uma posição muito similar aos anteriores períodos homólogos.

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2014 a 2017

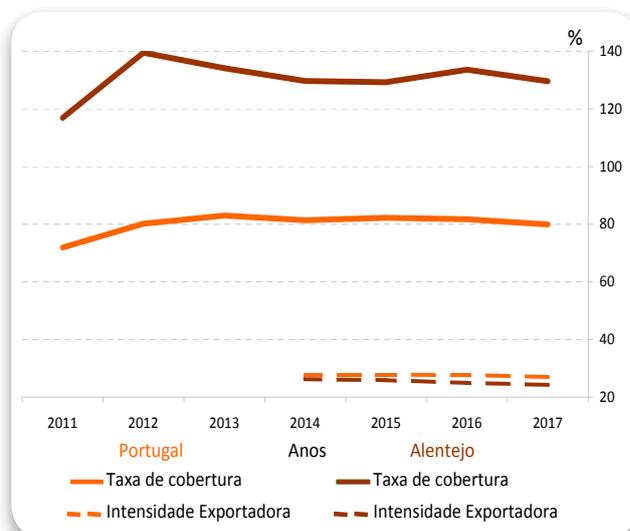


Fonte: INE - Infoline

Continua a verificar-se que a taxa de cobertura regional, das importações pelas exportações é superior à mesma taxa nacional, se bem que a intensidade exportadora do país seja superior à da Região ■

Artigo da responsabilidade de Amável Candeias, sociólogo, mestre em família e população e Teresa Godinho, economista
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, CCDR Alentejo

Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora* (%) Portugal e Alentejo - Evolução de 2011 a 2016



*Intensidade exportadora: Exportações de bens / PIB x 100

Fonte: INE - Infoline



Tema em destaque

O Envelhecimento Demográfico na Região Alentejo

O grau de envelhecimento de uma população, numa determinada região, é avaliado através da análise das suas estruturas demográficas. Esta abordagem assenta preponderantemente na observação da repartição da sua população pelos sexos e idades, muitas vezes auxiliada pela representação gráfica de pirâmides de idades. A avaliação do processo de envelhecimento deverá incidir sobre dois fenómenos: *envelhecimento na base*, que se começa a manifestar quando a percentagem de jovens (0 a 14 anos) diminui, provocando a redução da base da pirâmide de idades, e *envelhecimento no topo*, que ocorre quando a percentagem de idosos (65 e + anos) aumenta, fazendo alargar a parte superior da pirâmide.

As causas que estão por detrás do fenómeno do envelhecimento são conhecidas:

- Aumento da *esperança de vida*, com a consequente chegada de mais população às idades avançadas (envelhecimento no topo);
- Declínio da *natalidade*, que provoca uma redução nos efectivos mais jovens (envelhecimento na base) e, por consequência, um aumento da importância relativa dos mais idosos (envelhecimento no topo);
- *Migrações*, dado o seu carácter selectivo, ao recrutar a saída dos potenciais activos, provoca aumentos relativos dos grupos dos jovens e dos idosos, provocando assim, um rejuvenescimento na base e um envelhecimento no topo, das zonas de repulsão, e uma situação inversa, nos pólos de atracção populacional.

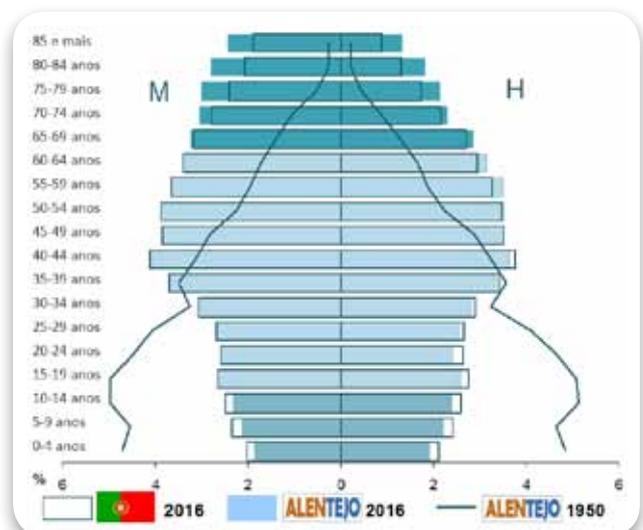
Naturalmente que o principal problema que advém do elevado nível de envelhecimento demográfico se deve à carga social que impende sobre os activos, derivada do elevado número de população idosa e, em particular, da população idosa dependente, que se reflecte com acuidade nos sistemas de Saúde e de Segurança social. De forma contrária, a reduzida proporção de jovens, embora no imediato represente uma menor procura do sistema de Ensino, no futuro, terá consequências significativas na redução da população activa, na produção económica e nas contribuições sociais, mas também no contexto demográfico, na redução de população em idade de procriar.

A população Alentejana caracteriza-se por ser duplamente muito envelhecida

É neste contexto que a população alentejana se caracteriza por ser *duplamente muito envelhecida*, consequência da forte incidência dos movimentos migratórios para fora da região, ao que, nas últimas décadas, se associou um declínio progressivo do nível da fecundidade, que se manifesta numa diminuição muito significativa no número de filhos que cada mulher tem.

Desta forma, a *pirâmide de idades* relativa à população alentejana apresenta a forma de **urna**, com forte tendência para se aproximar da imagem de pirâmide invertida, condicionada pelo preocupante estreitamento da base (envelhecimento na base) e por um significativo alargamento do topo (envelhecimento no topo).

Pirâmide de idades - Portugal - 2016 - Alentejo 1950 e 2016



Fonte: INE

O Alentejo tem sido, ao longo dos tempos, a Região mais envelhecida do país.

O envelhecimento demográfico é um fenómeno com tendência acentuadamente crescente, que se estende a todo o território nacional.

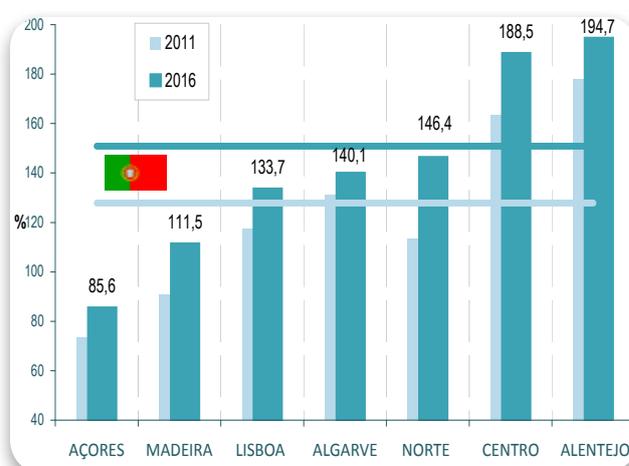
O Alentejo tem sido, ao longo dos tempos, a Região mais envelhecida do país. Isto é possível verificar-se através do **índice de envelhecimento**, indicador que estabelece um balanceamento entre a população idosa com mais de 64 anos e os jovens com menos de 15 anos. No Alentejo, aquele indicador tem vindo a aumentar e, na actualidade, supera o valor 194, o que quer dizer que para cada 100 jovens existe quase o dobro de idosos (194). As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentam as estruturas menos envelhecidas, enquanto que no Continente o envelhecimento afecta mais as regiões do interior, mais deprimidas economicamente e sujeitas a fenómenos de repulsão populacional.

No Alentejo, em 2016, verificou-se uma diminuição inédita da população idosa (65 e + anos).

Nesta década, verificaram-se algumas alterações nos níveis de envelhecimento das NUTS II de Portugal que se podem sintetizar da seguinte forma: aumento significativo da população idosa, em Lisboa e na região Norte e com menos intensidade nos Açores, na Madeira e na região Centro. No Alentejo, no último ano, verificou-se mesmo uma inédita diminuição da população idosa (65 e + anos), que viu o seu efectivo reduzido em 2%, relativamente a 2011.

A população jovem (0-14 anos) sofreu reduções significativas na generalidade do território nacional, em particular nas regiões Norte e Centro e, especialmente, na Madeira, que nesta década, perde mais de 17% dos jovens. As excepções verificam-se no Algarve, que decresce muito pouco e em Lisboa, onde se verifica mesmo um aumento de 2,4%. No Alentejo, a população jovem, neste período, sofre também uma considerável diminuição que atingiu os 10,4%.

Índice de envelhecimento - Portugal e NUTS II 2011 e 2016



Fonte: INE

É o caso da Regiões Norte e Centro, e, em particular esta última, que nos últimos anos sofreu uma acentuada degradação na sua estrutura demográfica.

Taxa de variação da população Idosa (65 e + anos) 2011/16 Portugal e NUTS II



Fonte: INE

Taxa de variação da população jovem (0-14 anos) 2011/16 - Portugal e NUTS I



Fonte: INE

O aumento do envelhecimento demográfico do Alentejo deve-se unicamente à redução dos jovens

Assim poder-se-á dizer que na actualidade, na Região do Alentejo, verifica-se o paradoxo da população estar simultaneamente a envelhecer na base, devido à redução dos jovens e a rejuvenescer no topo da estrutura, em virtude da diminuição dos idosos. Esta dinâmica está directamente associada à redução da fecundidade e à elevada ocorrência de óbitos nas idades mais avançadas.

Apesar daquela diminuição, no Alentejo, os idosos com mais de 64 anos representa já cerca de 25% da população, enquanto que os mais jovens, com menos de 15 anos, não chegam a 13%, num efectivo inferior aos idosos dependentes (com 75 e + anos), que representam 13,5% dos residentes. Esta realidade traduz-se numa sobrecarga na população activa, medida num *Rácio de Dependência Total* de 60,7% (100 activos suportam 61 jovens e idosos), e num nível de *Dependência de Idosos* de 40,1%, mais do dobro de rácio de *Dependência dos Jovens* que pouco ultrapassa os 20%.

O envelhecimento no contexto intra-regional do Alentejo

No contexto sub-regional ao Alentejo, o grau de envelhecimento da população apresenta algumas variações. O Alto Alentejo tem vindo a acentuar a sua condição de NUTS III mais envelhecida, evidenciando já um nível de envelhecimento que corresponde a mais de 220 idosos por 100 jovens, havendo mesmo a referir a existência de concelhos onde aquele indicador atinge os 427 (Gavião).

A Lezíria do Tejo e o Baixo Alentejo são as sub-regiões menos envelhecidas (174 e 187 idosos por 100 jovens), as únicas que apresentam valor inferiores à média regional (194). Já o Alentejo Central e o Alentejo Litoral aparecem numa posição intermédia, embora já muito envelhecidos, ultrapassando, ambos, o valor de 2 idosos por jovem.

Índice de envelhecimento - NUTS III do Alentejo - 2016



Fonte: INE



O Alto Alentejo e a Lezíria do Tejo representam as sub-regiões mais e menos envelhecidas do Alentejo

O processo de envelhecimento demográfico tem assumido ao longo do tempo um comportamento acentuadamente crescente que tem afectado, de uma maneira geral, todas as sub-regiões do Alentejo. Mesmo assim, é possível verificar que, nos últimos 25 anos, o Alto Alentejo tem-se vindo a assumir, cada vez mais, como a sub-região mais envelhecida, enquanto que a Lezíria do Tejo é aquela que sendo a menos envelhecida, melhor tem resistido à degradação da sua estrutura demográfica. O Alentejo Litoral, que no passado possuía uma estrutura bastante rejuvenescida, encontra-se na actualidade como a segunda mais degradada, apresentando um nível de envelhecimento ligeiramente superior ao Alentejo Central, que ao logo do tempo tem ocupado a terceira posição. O Baixo Alentejo teve uma evolução bastante positiva, passando de extremamente envelhecido no passado, para a segunda mais rejuvenescida, registando mesmo, nos últimos anos, uma redução do *Índice de Envelhecimento*.

No interior do Alentejo, assiste-se a uma diminuição inédita da população idosa (+ 64 anos)

Na presente década é necessário analisar o processo de envelhecimento das NUTSIII de modo estrutural, uma vez que no interior do Alentejo está a acontecer uma diminuição da população idosa, o que representa uma significativa redução da carga social que impende sobre os activos. Ao mesmo tempo, em todo o Alentejo, continua a intensificar-se a diminuição da população jovem.

Assim, é possível distinguir 2 tipos de evolução das estruturas demográficas, nas sub-regiões:

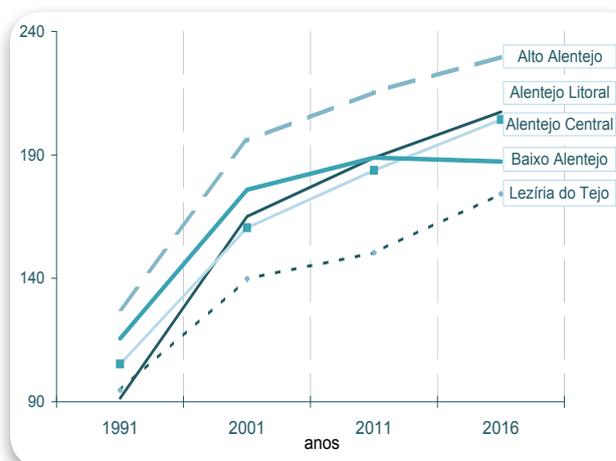
Duplo Envelhecimento, no topo, por aumento

- da população idosa e na base, por diminuição dos jovens, que se verifica na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral;

Envelhecimento na base, por diminuição dos

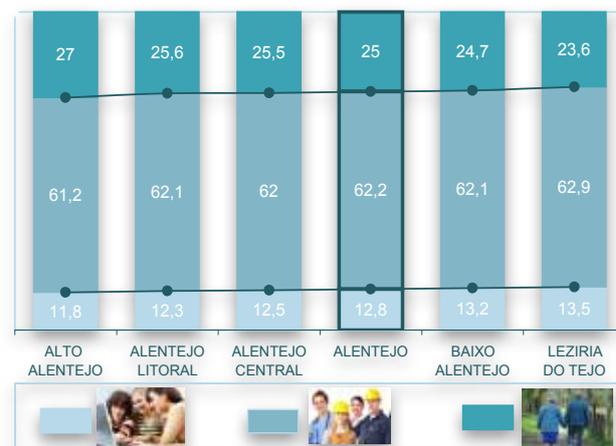
- jovens, e *rejuvenescimento no topo* devido à redução da população idosa, que ocorre nas restantes sub-regiões do interior Alentejano (Alto, Central e Baixo Alentejo).

Índice de envelhecimento - NUTS III do Alentejo - 1991 a 2016



Fonte: INE

Estrutura etária da população (%) - Alentejo e NUTS III 2016



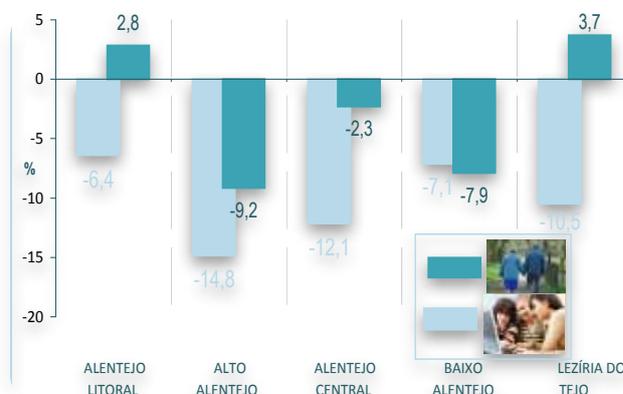
Fonte: INE



No interior do Alentejo verifica-se o paradoxo da população estar, simultaneamente, a envelhecer e a rejuvenescer

Com esta última característica identifica-se o Alto Alentejo, que, nesta década, sofreu simultaneamente a maior redução de jovens (-14,8%) e de idosos (-9,2%) e, o Baixo Alentejo, única sub-região onde a redução de idosos foi superior à dos jovens (-7,9 e -7,1% respectivamente). Por isso, o envelhecimento demográfico do Alentejo deriva em grande medida da redução dos jovens e não, como no passado, do aumento dos idosos.

Taxa de variação Idosos (65 e + anos) e Jovens (0-14 anos) 2011/16 - NUTS III do Alentejo

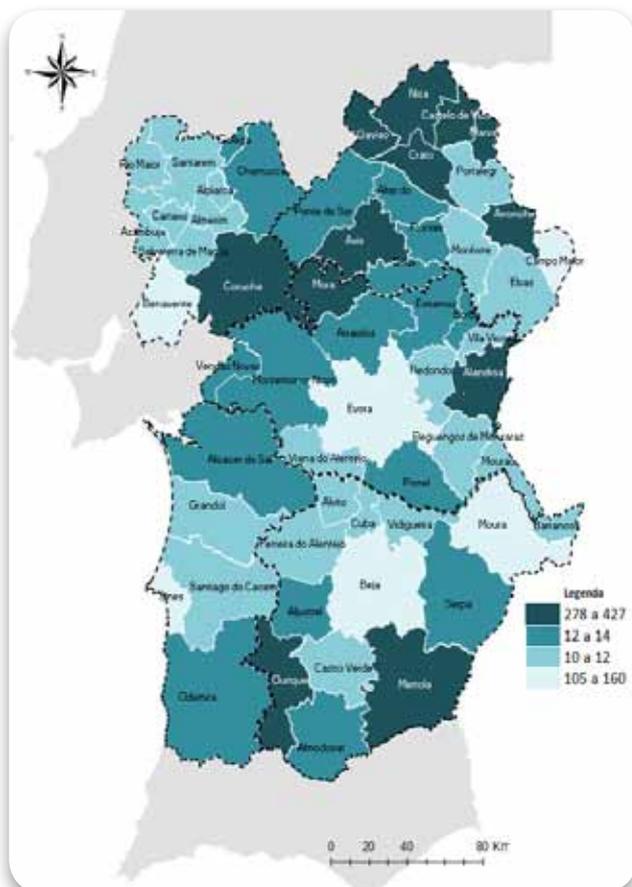


Fonte: INE

No Alentejo só 5 concelhos apresentam níveis de envelhecimento inferiores à média nacional

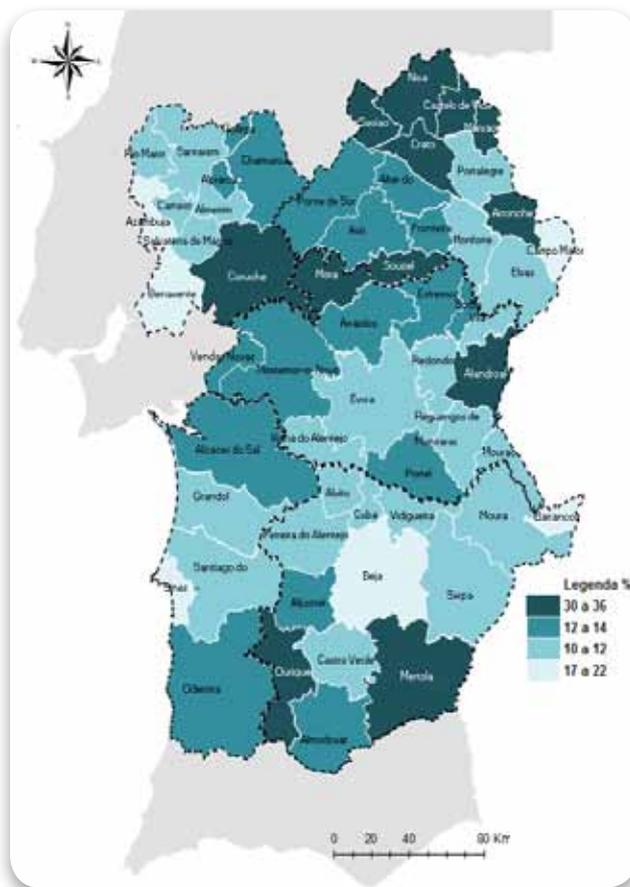
No âmbito concelhio, o envelhecimento demográfico, sendo um fenómeno comum a todos os municípios do Alentejo, que há muito ultrapassaram a situação em que o efectivo de idosos é superior ao dos jovens, verificam-se algumas diferenças a considerar.

Índice de Envelhecimento - 2016



Fonte: INE

Proporção de Idosos (%) - 2016

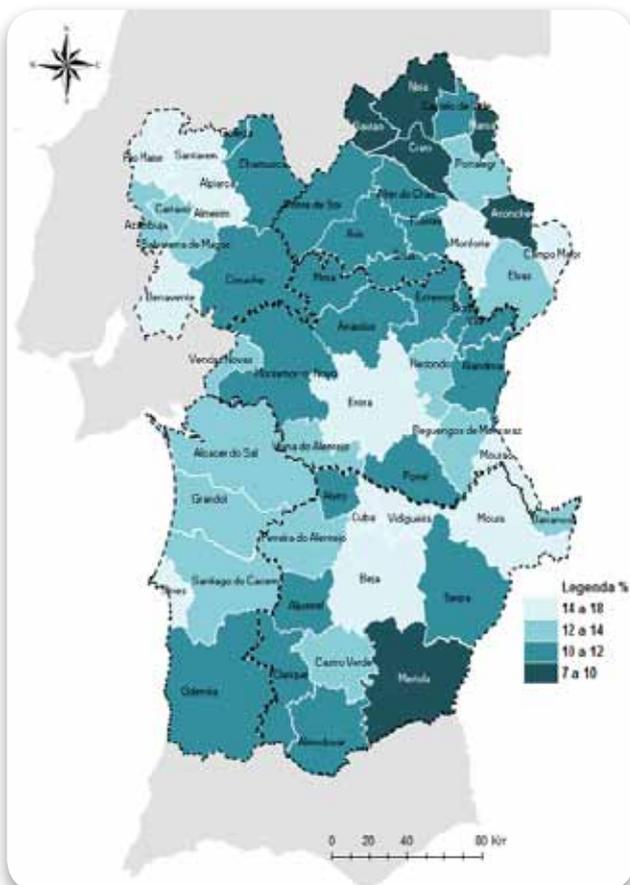


Fonte: INE

Na verdade, só 5 concelhos apresentam níveis de envelhecimento inferiores à média nacional (Benavente, Sines, Beja, Moura e Campo Maior) e pouco mais de 1/3 (37%), se situam abaixo da média regional, sendo que estes se localizam grandemente na Lezíria do Tejo, no Litoral e na zona interior do Baixo e do Alentejo Central. Os concelhos mais envelhecidos situam-se maioritariamente no Alto Alentejo (Gavião, Arronches e Nisa) e na fronteira sul do Baixo Alentejo (Mértola e Ourique).

O elevado grau de envelhecimento dos concelhos do Alentejo manifesta-se tanto pelo elevado número de idosos como pelo reduzido efectivo de jovens. De facto, apenas dois concelhos (Benavente e Sines) apresentam uma proporção de idosos inferior à média nacional, enquanto que o peso da população jovem é superior à do país unicamente em seis concelhos (Benavente, Beja, Moura, Vidigueira, Campo Maior e Almeirim).

Proporção de Jovens (%) - 2016



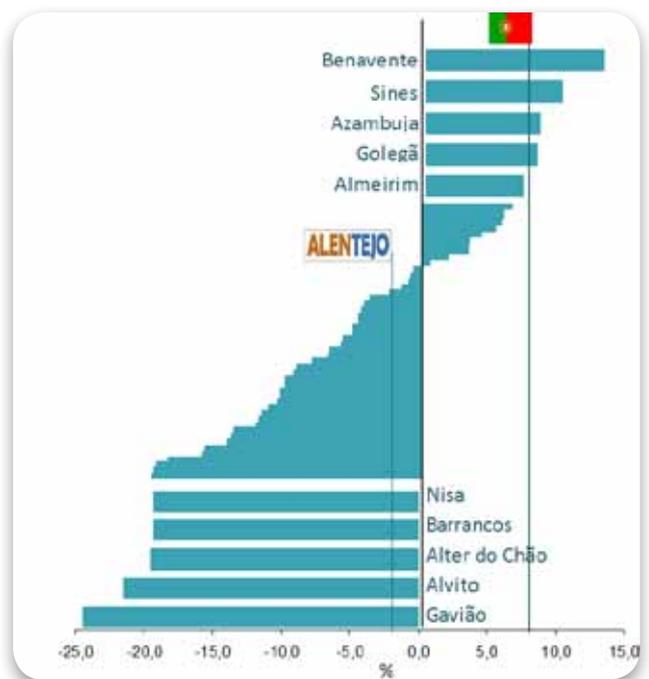
Fonte: INE

O concelho de Benavente é o menos envelhecido da região, com menos idosos e mais jovens que a média nacional

Referência particular para o concelho de Benavente, o menos envelhecido da região e que apresentam simultaneamente valores de idosos e de jovens mais favoráveis que a média nacional.

O envelhecimento demográfico ao nível concelhio, na presente década, tem registado algum abrandamento na sua intensidade de crescimento. Isto deve-se particularmente à evolução que se tem vindo a manifestar ao nível da população idosa, que registou, na presente década, uma evolução mais favorável que a população jovem.

Taxa de variação da população Idosa (65 e + anos) 2011/16 - Concelhos do Alentejo



Fonte: INE



Entre 2011 e 2016, 42 concelhos da região (72%) tiveram reduções da população idosa

De facto, é possível verificar que no período entre 2011 e 2016, 42 concelhos da região (72%) tiveram reduções efectivas do seu efectivo de população idosa, enquanto que, na média nacional, aquela evolução foi no sentido do crescimento, da ordem dos 8%. Este facto constitui uma alteração inédita da evolução da população idosa, que na maior parte do território regional viu o seu efectivo reduzido.

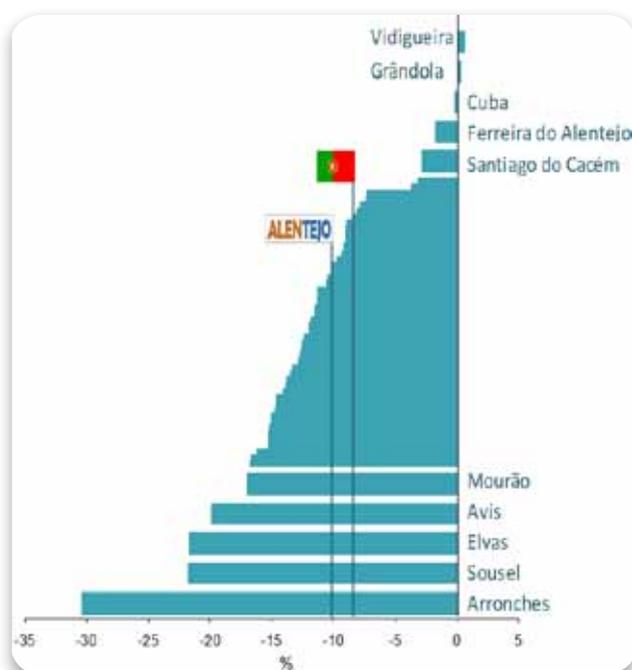
Desta forma, haverá a registar o abrandamento da carga social relativa aos idosos, que impende sobre a população activa. Esta redução aparece sobretudo nos concelhos mais envelhecidos, enquanto que aqueles que se encontravam menos afectados pelo envelhecimento estão a assistir a um aumento da população idosa, como é o caso de Benavente, o concelho simultaneamente menos envelhecido e onde se verificou o maior aumento de idosos (12%).

Nesta década, 48 concelhos (83%) sofreram reduções de população jovem superior à média nacional

Na população jovem, a evolução é bastante mais negativa, evidenciada pelo continuado declínio, que se manifesta no facto de, nesta década, apenas 2 concelhos (Vidigueira e Grândola) terem registado um crescimento dos jovens, ainda que com aumentos próximos de zero, (0,5 e 0,2%).

Artigo da responsabilidade de Amável Candeias, sociólogo, mestre em família e população - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, CCDR Alentejo

Taxa de variação da população jovem (0-14 anos) 2011/16 - Concelhos do Alentejo



Fonte: INE

Quarenta e oito concelhos (83%), sofreram reduções de população jovem superiores à média nacional, havendo concelhos onde a diminuição foi superior a 20% (Elvas e Sousel), e o caso extremo de Arronches, onde, em seis anos, se perdeu 30% da população jovem.

A solução futura do problema do envelhecimento demográfico no Alentejo passa pelo aumento da população jovem e em idade activa ■

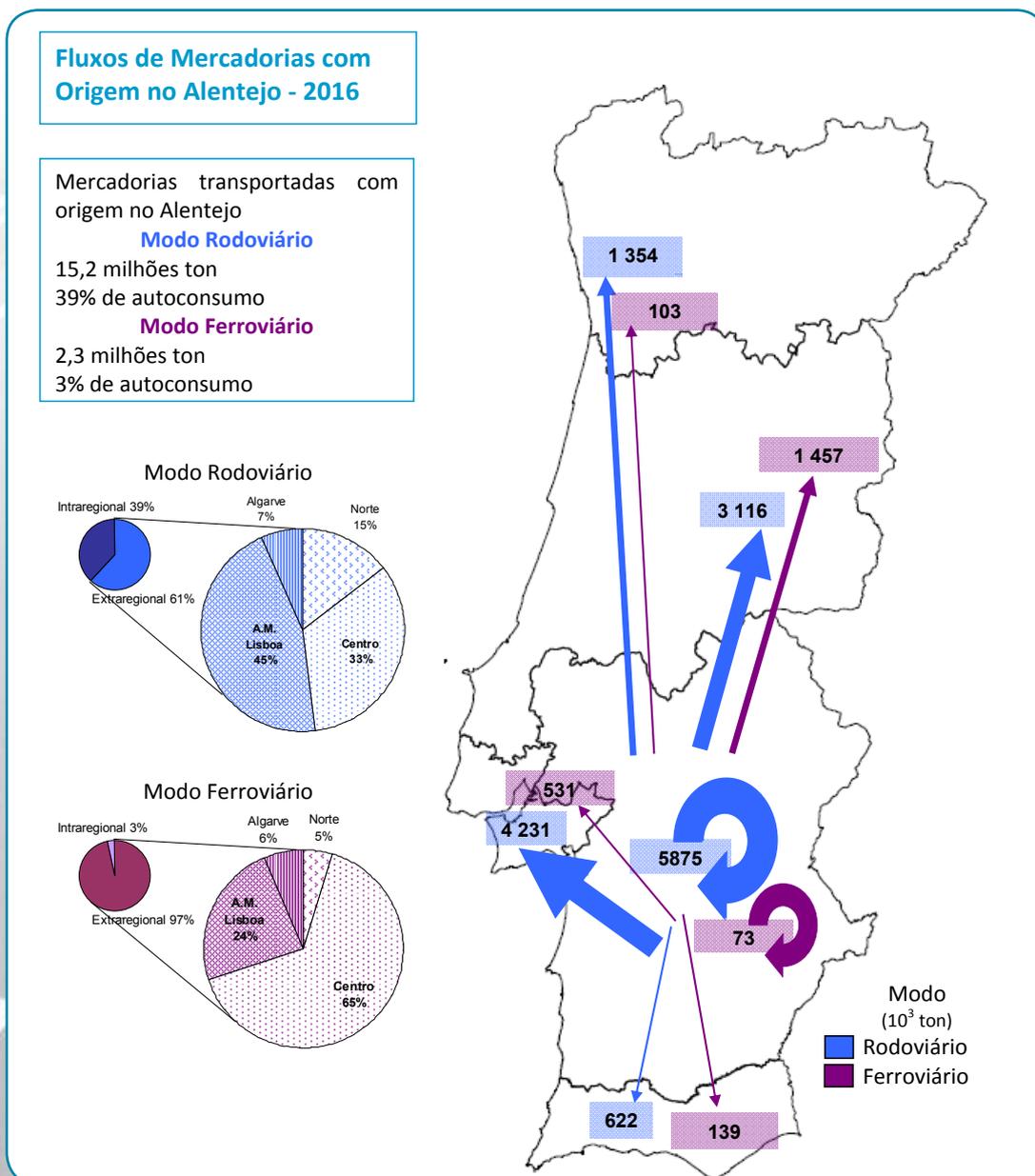


Tema em destaque

Fluxos de Mercadorias no Alentejo – 2016

O sistema de transporte de mercadorias no Alentejo envolve meios rodoviários, ferroviários e marítimos; os fluxos de mercadorias estabelecidos, permitem conhecer a dinâmica económica da região, a oferta de bens e dependência do exterior.

Com base na informação disponibilizada pelo INE, contextualizada nas Estatísticas dos Transportes, que se desagregam ao nível das Regiões de Portugal e para o ano de 2016, apresenta-se a mobilidade de bens inter-regional e internacional do Alentejo, nos diferentes modos de transportes, a posição regional relativamente às restantes regiões nacionais e principais destinos das mercadorias exportadas e importadas por esta Região.



Do total de mercadorias saídas do Alentejo para o resto do país, 81% utiliza a via rodoviária. A AM de Lisboa é o principal destino das mercadorias transportadas por rodovia (45%). Por via ferroviária as mercadorias encontram como principal destino a região Centro (65%).

Fluxos de Mercadorias com Destino ao Alentejo - 2016

Mercadorias transportadas com destino ao Alentejo

Modo Rodoviário

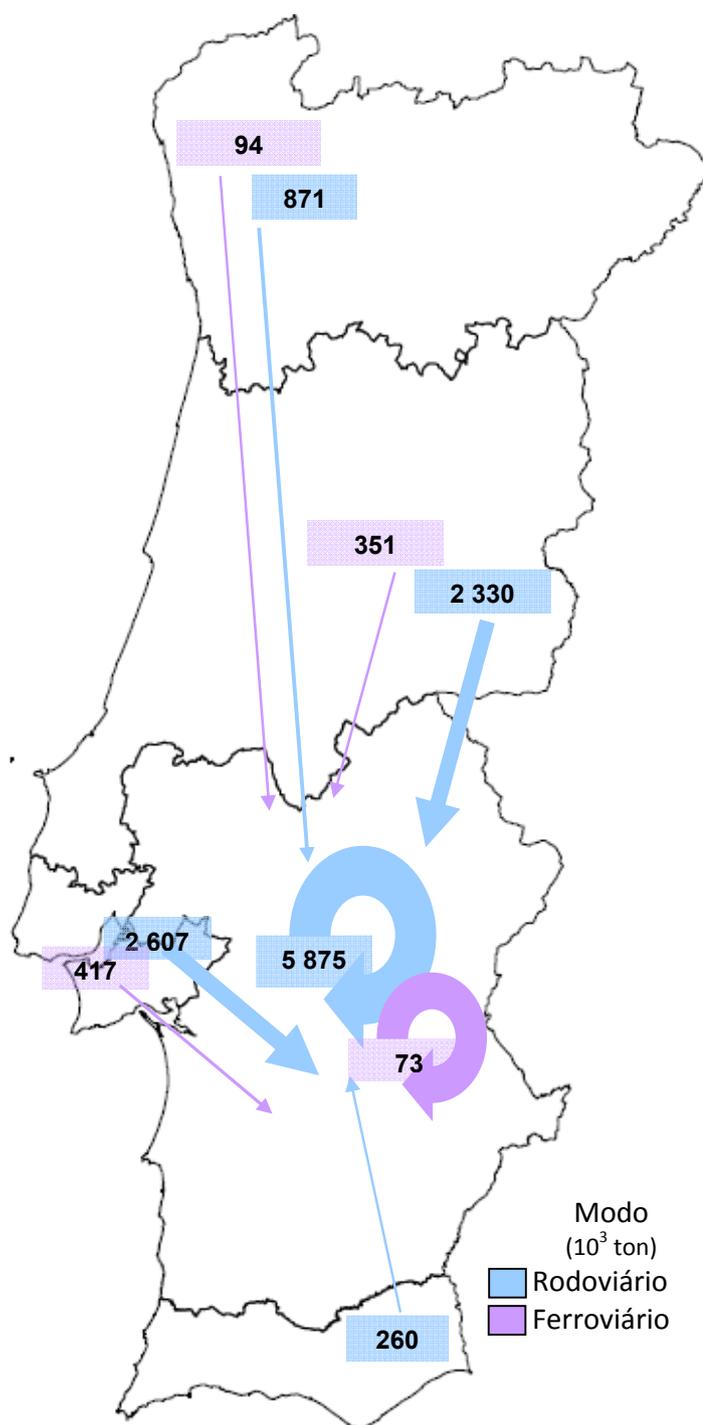
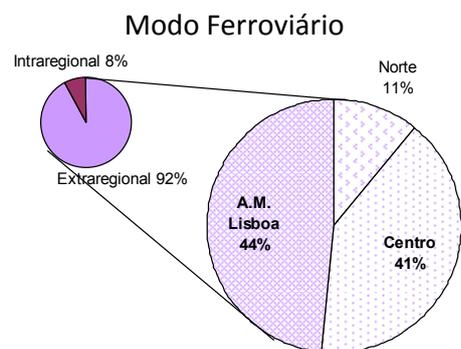
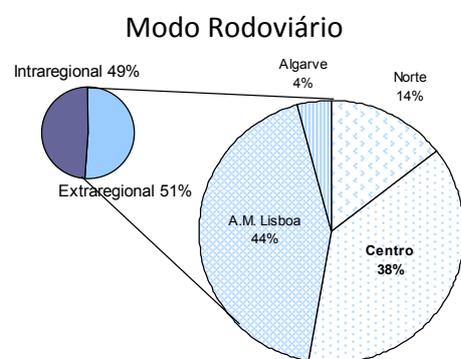
11,9 milhões ton

49% de autoconsumo

Modo Ferroviário

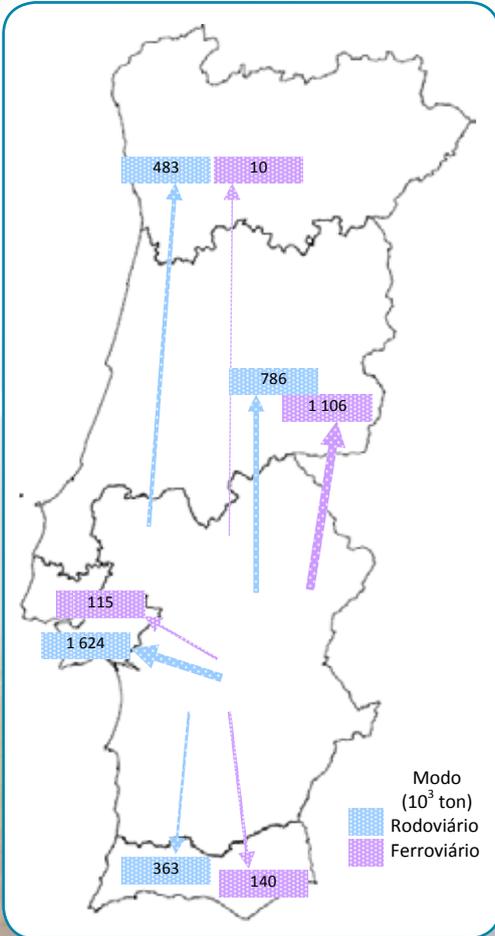
934,2 milhares ton

8% de autoconsumo

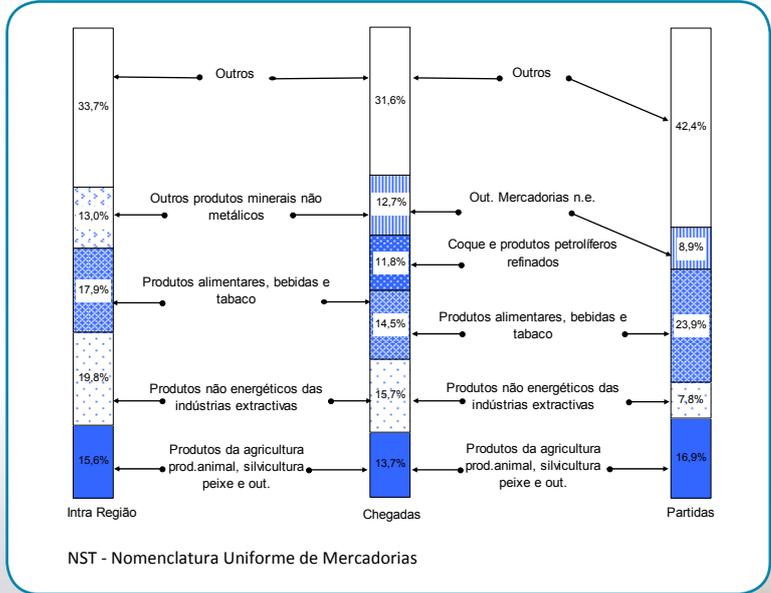


A chegada de mercadorias ao Alentejo é feita, predominantemente, por via rodoviária (88%). Da Área Metropolitana de Lisboa e da região Centro chegaram ao Alentejo, respetivamente, 43% e 38% do total de mercadorias deslocadas, por rodovia, de fora da região. Também com origem na AM de Lisboa e na região Centro deslocam-se para o Alentejo, por via ferroviária, os maiores volume de mercadorias, respetivamente, 44% e 41% do total movimentado de fora da Região.

Balança dos Fluxos Inter-Regionais de Mercadorias Alentejo - 2016
Milhares de toneladas



Estrutura do Volume do Transporte Rodoviário de Mercadorias do Alentejo, por tipos da NST 2007, em 2016 (%)

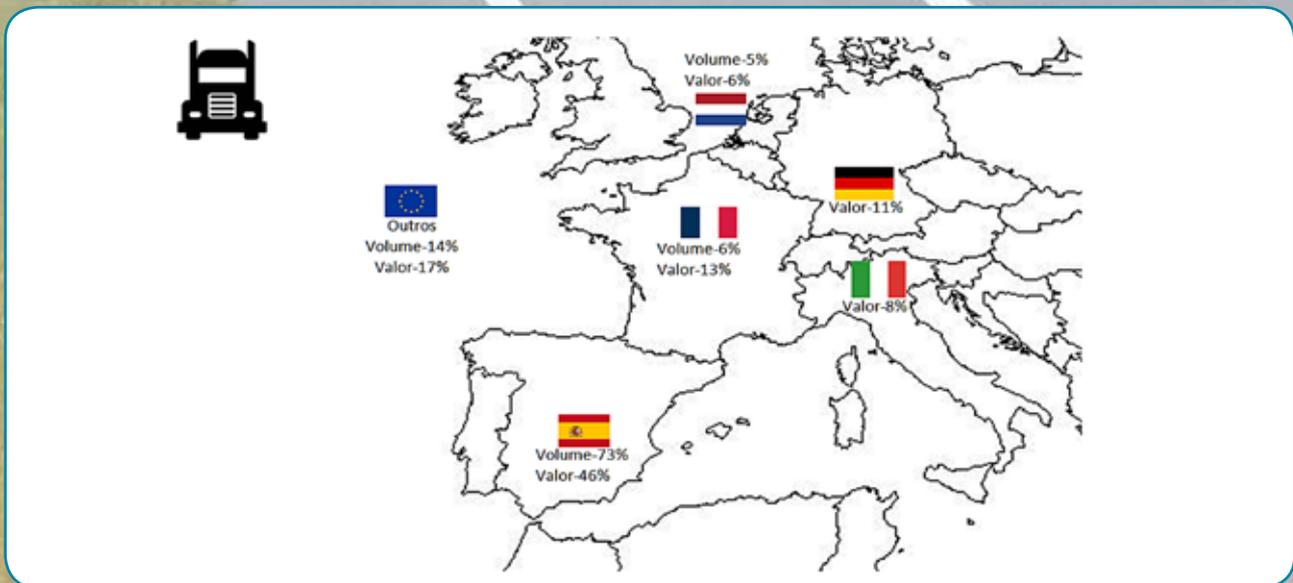


Os produtos alimentares e os resultantes da atividade agrícola dominam como tipo de produto transportado através do modo rodoviário, tendo por origem o Alentejo (40%); os que chegam em maior volume são os produtos não energéticos da indústria extractiva e os alimentares (30%). Em termos das movimentações internas os produtos não energéticos da indústria extractiva, tais como minérios metálicos, são os que mais circulam na região (20%).

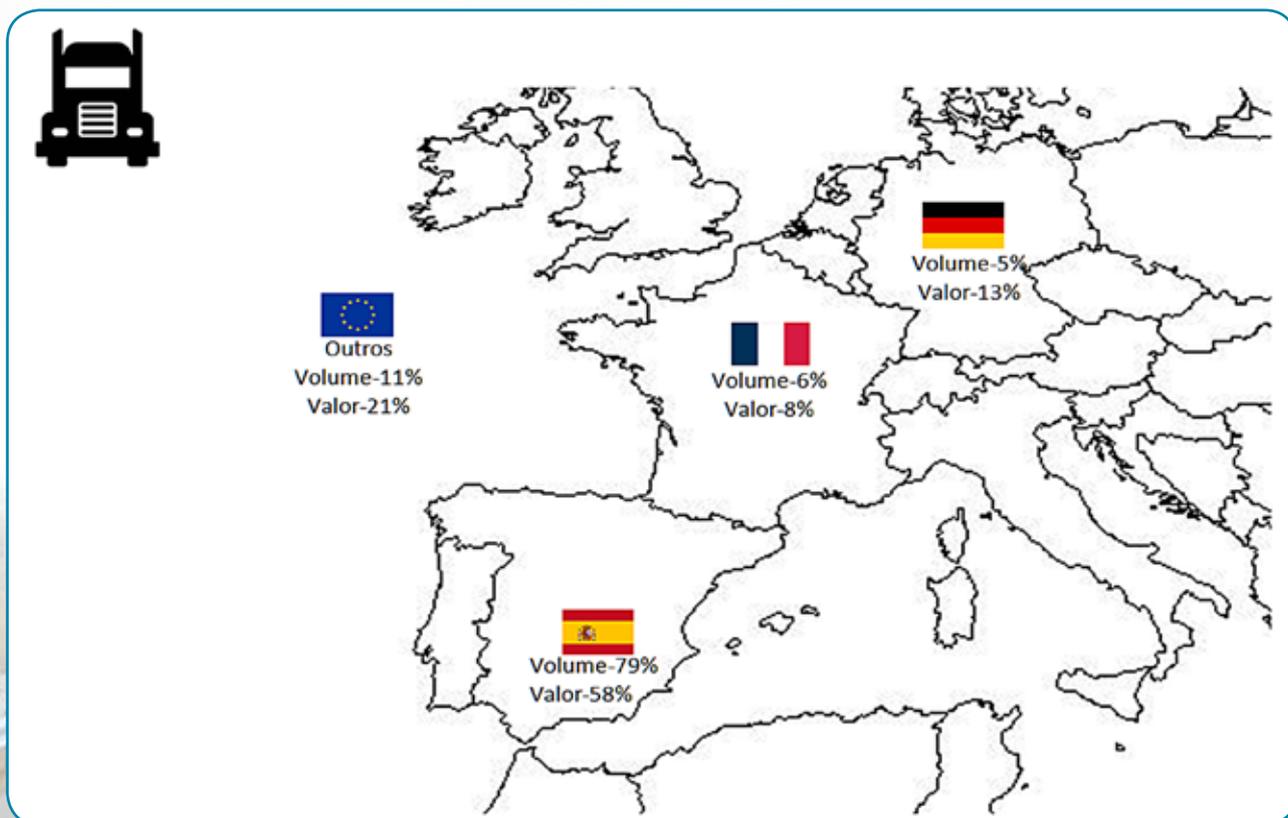
Face às restantes regiões do país o Alentejo é, tanto no modo rodoviário, como no ferroviário, em volume, superavitário no transporte de mercadorias.

Transporte internacional

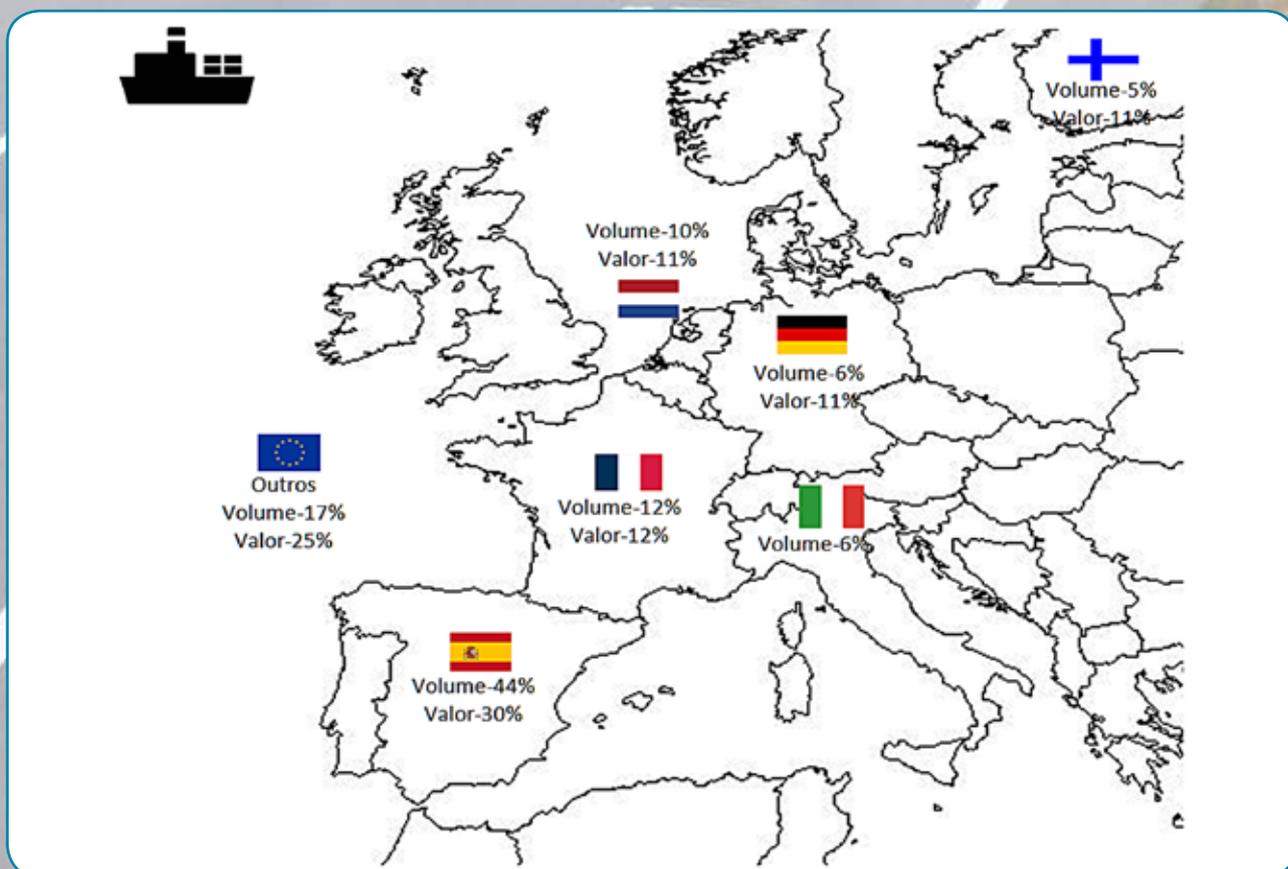
Transporte Rodoviário de Mercadorias do Alentejo para Principais Destinos Intra-EU - 2016
Total transportado do Alentejo – 2 milhões ton; 1,9 mil milhões €



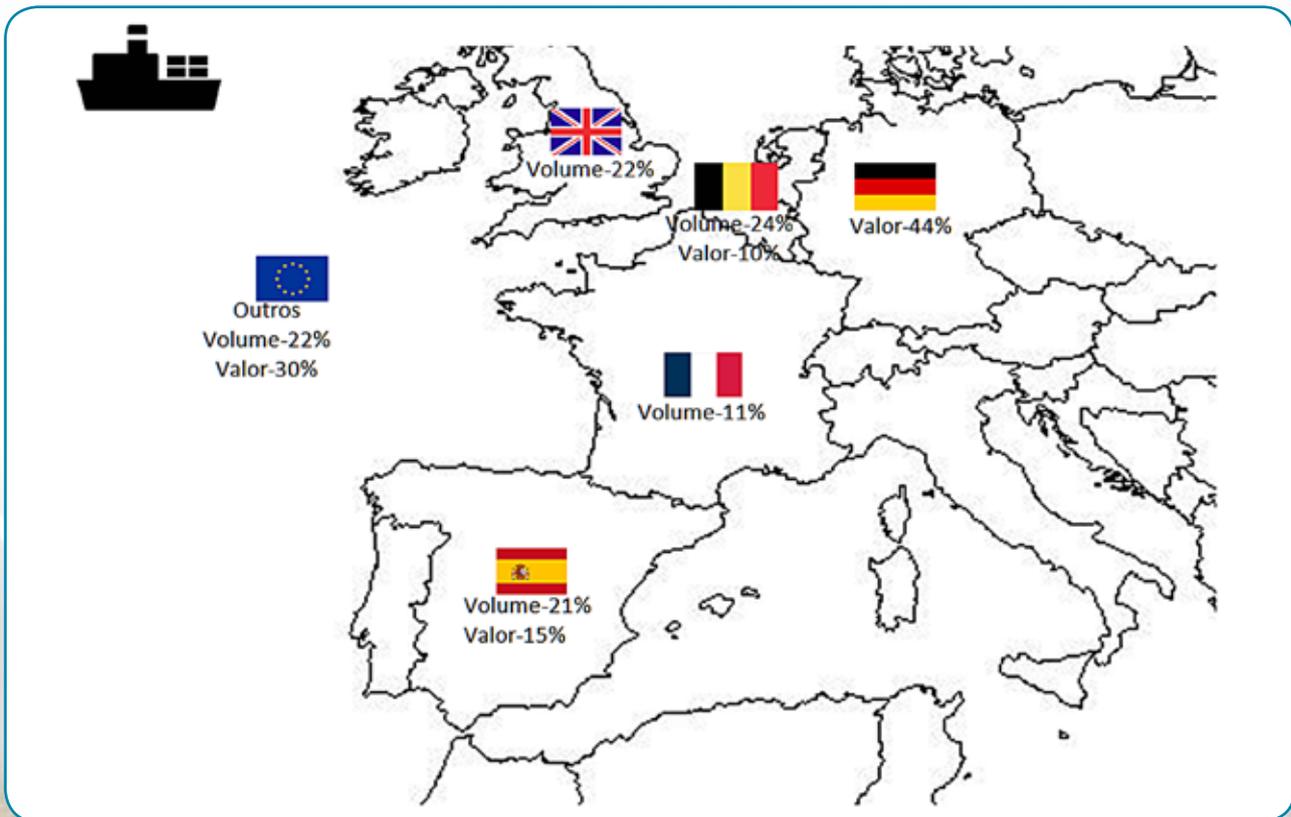
Transporte Rodoviário de Mercadorias de Principais Origens Intra-EU para o Alentejo – 2016
Total transportado para o Alentejo – 1,3 milhões ton; 2,4 mil milhões €



Transporte Marítimo de Mercadorias do Alentejo para Principais Destinos Intra-EU - 2016
Total transportado do Alentejo – 2,7 milhões ton; 1,1 mil milhões €



Transporte Marítimo de Mercadorias de Principias Origens Intra-EU para o Alentejo - 2016
Total transportado para o Alentejo – 600 milhares ton; 688 milhões €



As exportações Intracomunitárias do Alentejo por meio marítimo e terrestre rodoviário rondam 5 006 milhões de toneladas, atingindo o valor de 3 mil milhões de euros.

Mais de metade do volume é transportado com recurso à via marítima, enquanto mais de dois terços do valor das exportações segue para os países da Comunidade por modo rodoviário.

A Espanha é o principal destino das exportações do Alentejo, em ambos os meios de transporte, tanto em volume, como em valor.

A Bélgica é o país intracomunitário com maior volume de importações por mar para o Alentejo, enquanto que a Alemanha é o país com maior valor de importações por via marítima.

Por via rodoviária a Espanha domina em volume e valor as importações do Alentejo ■

Artigo da responsabilidade de Maria João Alfai, economista - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, CCDR Alentejo



Tema em destaque

Cinco Cenários para o Futuro da Europa

(extraído do Livro Branco sobre o Futuro da Europa – reflexões e cenários para a UE-27 em 2025)

«A Europa não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único. Far-se-á através de realizações concretas que criarão, antes de mais, uma solidariedade de facto.»

Robert Schuman (9 de maio de 1950)

No *Livro Branco sobre o Futuro da Europa*, estão definidos cinco cenários possíveis, pressupondo que os 27 Estados-Membros avançam em conjunto, enquanto União. Os cinco cenários são meramente ilustrativos e destinam-se a suscitar uma reflexão. Não constituem planos pormenorizados nem decisões políticas. Também não fazem, deliberadamente, qualquer menção a processos legais ou institucionais.

Pretende-se a identificação dos desafios e oportunidades que há pela frente e apresentar as diferentes opções de que dispomos para responder em conjunto a tais desafios.

Chegado o momento de reflectirmos sobre o próximo período de programação pós 2020, não é demais focarmo-nos nalguns referenciais europeus. É neste contexto que referenciamos os cinco cenários seguintes, não dispensando de ler o texto original:

Cenário 1: Assegurar a continuidade

A UNIÃO EUROPEIA CONCENTRA-SE EM REALIZAR O SEU PROGRAMA DE REFORMAS POSITIVAS

Neste cenário mantém-se o percurso seguido até à data e a UE-27 concentra-se em aplicar e melhorar o seu actual programa de reformas em consonância com as Orientações Políticas adoptadas pela Comissão em 2014 e intituladas «Um novo começo para a Europa», bem como a Declaração de Bratislava acordada pelos 27 Estados-Membros em 2016. As prioridades são actualizadas regularmente, os problemas são resolvidos à medida que surgem e a nova legislação é adoptada em conformidade.

Em consequência, os 27 Estados-Membros e as instituições da UE prosseguem um programa de acção conjunta. A celeridade da tomada de de-

cisões depende da medida em que as diferenças de opiniões são superadas, com vista a concretizar as prioridades colectivas a longo prazo. A legislação da UE é controlada numa base regular, a fim de verificar se continua a adequar-se aos objectivos visados. É revogada a legislação obsoleta.

Tal significará que:

A UE-27 continua a colocar a tónica **no emprego**, no **crescimento** e no **investimento**, mediante o **reforço do mercado único** e um **maior investimento nas infra-estruturas digitais**, dos **transportes** e da **energia**.

Verificam-se progressos graduais na **melhoria do funcionamento da moeda única**, no intuito de impulsionar o crescimento e prevenir choques financeiros, quer a nível interno, quer no exterior. Tomam-se novas medidas **para reforçar a supervisão financeira**, a fim de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e desenvolver os mercados de capitais para o financiamento da economia real.

A reforma do direito dos auxílios estatais levada a efeito pela Comissão assegura que **90% das medidas de auxílio estatal estão nas mãos de autoridades nacionais, regionais e locais**.

Intensifica-se o **combate ao terrorismo** em função da vontade das autoridades nacionais de **partilhar as informações de que dispõem**. A cooperação em matéria de defesa é aprofundada nos domínios da investigação, da indústria e da contratação conjunta. Os Estados-Membros decidem conjugar certas capacidades militares e **reforçar a solidariedade financeira para as missões** da UE no estrangeiro.

No domínio da política externa, a UE-27 prossegue ativamente a negociação de **acordos co-**

mercias com parceiros em todo o mundo, da mesma maneira como o faz atualmente. A gestão das fronteiras externas incumbe primordialmente a cada país, mas a cooperação é reforçada graças ao apoio operacional da **Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira**. Impõem-se **melhorias contínuas na gestão das fronteiras**, a fim de enfrentar os novos desafios. Na sua ausência, alguns países poderão pretender manter controlos específicos nas fronteiras internas.

A UE-27 exerce uma influência positiva na configuração da agenda mundial nos mais diversos domínios, como o **clima, a estabilidade financeira e o desenvolvimento sustentável**.

Panorâmicas:

- As famílias e as empresas são incentivadas a reduzir o seu **consumo de energia** e a produzir a sua própria energia não poluente. Podem mudar facilmente de fornecedor. Em média, as faturas diminuem, mas metade do seu montante continua a ser pago a fornecedores de países terceiros.
- Os europeus podem conduzir **automóveis conectados**, mas é possível que continuem a deparar-se com entraves jurídicos e técnicos quando atravessam fronteiras.
- É assegurado o **acesso à banda larga de elevada qualidade e de alta velocidade**, tanto nos centros urbanos, como nas zonas rurais da Europa. O **comércio eletrónico intensifica-se**, mas a entrega de produtos provenientes de um outro Estado-Membro continua a ser desmesuradamente dispendiosa.
- Os europeus podem, na sua maioria, **atravessar fronteiras sem estarem sujeitos a controlos**. Os controlos de segurança reforçados pressupõem chegar aos aeroportos e às estações de caminhos-de-ferro muito antes da hora de partida.
- A UE celebra **acordos comerciais específicos e inovadores** com parceiros que partilham os mesmos valores, como o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia, a América Latina e outros. O processo de ratificação é moroso, sendo muitas vezes protelado pelas discussões e pelos diferendos nalguns Parlamentos nacionais e regionais.

Cenário 2: Restringir-se ao mercado único

A UNIÃO EUROPEIA RECENTRA-SE PROGRESSIVAMENTE NO MERCADO ÚNICO

Por falta de consensos quanto a uma maior ação em muitos domínios estratégicos, há **uma tônica cada vez maior** em aprofundar determinados aspetos elementares do mercado único. Não há uma vontade comum de trabalhar mais em conjunto em domínios como a migração, a segurança ou a defesa.

Assim, a UE-27 não intensifica os trabalhos por ela desenvolvidos na maioria dos domínios de intervenção e a cooperação no que se refere a **novas questões de interesse comum é muitas vezes gerida a nível bilateral**.

Reduz também os encargos regulamentares numa medida significativa, retirando dois atos legislativos em vigor por cada nova iniciativa proposta.

Tal significará que:

O funcionamento do **mercado único torna-se a principal razão de ser da UE-27**. Novos progressos dependem da capacidade de acordar políticas e normas conexas. Tal é mais fácil no que respeita à livre circulação de capitais e de mercadorias, que continuam a beneficiar da isenção de direitos aduaneiros, do que noutros domínios. **Persistem ou aumentam as disparidades a respeito das normas de defesa do consumidor, sociais e de proteção do ambiente, bem como ao nível da fiscalidade e da concessão de subvenções públicas**. Tais disparidades constituem um risco de «nivelamento por baixo». Revela-se igualmente difícil acordar novas regras comuns sobre mobilidade dos trabalhadores ou no que se refere ao acesso às profissões regulamentadas. Em consequência, **não é plenamente garantida a livre circulação dos trabalhadores e dos serviços**.

O euro facilita as trocas comerciais, mas as crescentes divergências e o grau limitado de cooperação são importantes fontes de vulnerabilidade, o que **põe em risco a integridade da moeda única e a sua capacidade para fazer frente a novas crises financeiras**.

Verificam-se controlos mais sistemáticos das

peças nas fronteiras nacionais devido à insuficiente cooperação em matéria de migração e de segurança.

As divergências internas quanto à abordagem a seguir em matéria de comércio internacional significam que a UE se depara com dificuldades para celebrar acordos com os seus parceiros. A migração e algumas questões de política externa são, cada vez mais, remetidas para a cooperação bilateral, enquanto a ajuda humanitária e ao desenvolvimento são abordadas a nível nacional. A UE, no seu conjunto, deixa de estar representada numa série de instâncias internacionais, uma vez que não consegue acordar uma posição comum no que respeita a questões que assumem importância para os seus parceiros mundiais, tais como as alterações climáticas, o combate à evasão fiscal, como tirar partido da globalização ou promover o comércio internacional.

Panorâmicas:

- A qualidade do ar varia consideravelmente em toda a Europa, optando alguns países por eliminar as normas e as regulamentações a respeito das emissões nocivas. A qualidade da água pode divergir ao longo de rios transnacionais como o Danúbio ou o Reno.
- Os europeus têm relutância em utilizar automóveis conectados devido à ausência de normas da UE e de normas técnicas.
- A passagem das fronteiras internas suscita dificuldades para as empresas ou o turismo, devido a controlos regulares. Encontrar um emprego no estrangeiro torna-se igualmente mais difícil, não sendo garantida a transferência dos direitos de pensão para outros Estados-Membros. Os cidadãos que ficam doentes no estrangeiro deparam-se com elevadas faturas médicas.
- A UE-27 não consegue celebrar novos acordos comerciais, uma vez que os Estados-Membros são incapazes de chegar a um consenso quanto às prioridades comuns ou bloqueiam a sua ratificação.
- Os cidadãos de um país sujeito a violações do espaço aéreo ou a ciberataques em grande escala por uma potência estrangeira têm dificuldade em compreender a razão pela qual

não são acordadas sanções a nível da UE-27 ou mesmo dos países vizinhos.

- A renacionalização da ajuda ao desenvolvimento torna mais difícil estabelecer parcerias abrangentes com os países africanos, o que limita as oportunidades económicas num mercado em expansão e não permite resolver as causas profundas na origem da migração.

Cenário 3: A Fazer «mais», quem quiser «mais»

A UNIÃO EUROPEIA DEIXA AVANÇAR OS ESTADOS-MEMBROS INTERESSADOS EM COLABORAR MAIS ESTREITAMENTE EM DOMÍNIOS ESPECÍFICOS

Num cenário em que a UE-27 **continua como atualmente**, mas em que determinados Estados-Membros **pretendem assegurar uma maior intervenção em comum**, uma ou várias «coligações de países interessados» **colaboram entre si em domínios de intervenção específicos** que podem abranger, entre outros, a defesa, a segurança, a fiscalidade ou as questões sociais.

Em consequência, novos grupos de Estados-Membros acordam modalidades orçamentais e jurídicas específicas para aprofundar a sua cooperação nos domínios de intervenção da sua escolha. Tal como sucedeu com o espaço Schengen ou com o euro, tal pode ser feito com base no atual quadro comum da UE-27 e requer uma clarificação dos novos direitos e responsabilidades. O estatuto dos demais Estados-Membros é preservado e estes últimos continuam a dispor da possibilidade de associar-se aos outros países que intervêm em maior grau ao longo do tempo.

Tal significará que:

Um grupo de Estados-Membros opta por uma cooperação muito mais estreita em matéria de defesa, utilizando as possibilidades legais existentes. Tal engloba uma sólida base comum a nível da indústria e da investigação, a contratação conjunta, uma **maior integração das capacidades** e uma melhor preparação militar para realizar missões conjuntas no estrangeiro.

Vários países avançam em matéria de segurança e de justiça. Decidem reforçar a cooperação entre as forças policiais e os serviços de informação. Asseguram o intercâmbio de todas as

informações na luta contra a criminalidade organizada e sobre as atividades relacionadas com o terrorismo.

Graças a uma procuradoria comum, **investigam, de forma coletiva, a fraude, o branqueamento de capitais, bem como o tráfico de estupefacientes e de armas de fogo**. Decidem ir mais longe na criação de um espaço comum de justiça em matéria civil.

Um grupo de países, inclusivamente da área do euro e, possivelmente, outros, opta por **uma cooperação muito mais estreita, nomeadamente, nos domínios fiscal e social**. Uma maior harmonização das regras fiscais e das taxas de imposto reduz os custos de conformidade e limita a evasão fiscal. **As normas sociais acordadas proporcionam segurança jurídica às empresas e contribuem para melhores condições de trabalho. A cooperação industrial é reforçada** a respeito de uma série de tecnologias de ponta, produtos e serviços, sendo as regras quanto à sua utilização desenvolvidas de forma coletiva.

Realizam-se novos progressos a 27 no sentido de **reforçar o mercado único** e as suas quatro liberdades. As relações com países terceiros, incluindo as trocas comerciais, continuam a ser geridas a nível da UE, em nome de todos os Estados-Membros.

Panorâmicas:

- Um grupo de países institui um corpo de agentes policiais e de procuradores para investigar as atividades criminosas transnacionais. As informações em matéria de segurança são objeto de um **intercâmbio imediato, dada a plena interligação entre as bases de dados**. Os elementos de prova de uma infração penal apresentados num país são automaticamente reconhecidos nos demais.
- Nos 12 Estados-Membros que acordaram em harmonizar as suas normas e regras, **são amplamente utilizados automóveis conectados**. Os mesmos Estados-Membros desenvolvem um conjunto de regras para clarificar as questões relacionadas com a propriedade e a responsabilidade, associadas à Internet das Coisas.
- **Um grupo de países coopera entre si, alcan-**

çando um consenso quanto a um «Código do direito das sociedades» comum, unificando o direito das sociedades, o direito comercial e outros domínios conexos, o que ajuda as empresas, independentemente da sua dimensão, a desenvolver com facilidade atividades transnacionais.

- **Os trabalhadores** em 21 Estados-Membros **poderiam beneficiar de disposições complementares em matéria de direito do trabalho e da proteção social**, cada vez mais semelhantes, independentemente da sua nacionalidade ou local de residência.
- **Seis países adquirem um «drone» para fins militares**, passível de ser utilizado para efeitos de vigilância marítima e terrestre, bem como nas operações humanitárias de salvamento. É criado um programa comum de defesa para proteger as infraestruturas críticas contra os ciberataques.

Cenário 4: Fazer «menos» com maior eficiência

A UNIÃO EUROPEIA CONCENTRA-SE EM CERTOS DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICOS, OBTENDO MAIS RESULTADOS COM MAIOR RAPIDEZ, AO PASSO QUE ATUA EM MENOR MEDIDA NOUTROS DOMÍNIOS

Num cenário em que prevalece um consenso quanto à necessidade de melhor abordar determinadas prioridades em conjunto, a UE-27 decide concentrar os seus esforços e recursos limitados num número reduzido de domínios de intervenção.

Em consequência, a UE-27 **é capaz de intervir com maior rapidez e de forma mais decisiva nos domínios considerados prioritários**. Em relação a estas políticas, a UE-27 passa a dispor de instrumentos reforçados para aplicar e executar diretamente as decisões coletivas, como sucede atualmente no domínio da política de concorrência ou da supervisão bancária. Noutros domínios, a UE-27 deixa de atuar ou faz menos.

Na seleção das suas novas prioridades, a UE-27 procura assegurar uma melhor correspondência entre as promessas, as expectativas e os resultados na prática. Um exemplo ilustrativo de um

recente desfasamento prende-se com o recente escândalo das emissões dos veículos automóveis, em que não obstante as expectativas generalizadas de que a UE protegeria os consumidores de fabricantes desonestos, esta não dispõe de poderes ou instrumentos para fazê-lo de forma direta e visível.

Tal significará que:

A UE-27 **redobra esforços em domínios como a inovação, as trocas comerciais, a segurança, a migração, a gestão das fronteiras e a defesa**. Desenvolve novas regras e instrumentos de execução para **aprofundar o mercado único** em novos domínios elementares. No domínio da **I&D, coloca a tônica na excelência e no investimento em novos projetos** a nível da UE a favor da descarbonização e da digitalização.

Exemplos típicos incluem uma **maior cooperação no domínio espacial, polos de alta tecnologia e a conclusão de plataformas regionais em matéria de energia**. A UE-27 está em condições de tomar **decisões rápidas quanto à negociação e à celebração de acordos comerciais**.

A cooperação entre as autoridades policiais e judiciais sobre os aspetos relacionados com o terrorismo é sistemática e facilitada por uma **Agência Europeia de Luta contra o Terrorismo**, de âmbito comum.

A Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira assume plenamente a gestão das fronteiras externas. Todos os pedidos de asilo são tramitados por uma única **Agência Europeia para o Asilo**. São instituídas capacidades comuns em matéria de defesa.

Em contrapartida, a UE-27 deixa de intervir ou fá-lo **numa menor escala em domínios** em que a sua intervenção é considerada como tendo um menor valor acrescentado ou em que não logrará obter os resultados prometidos. Tal abrange domínios como o **desenvolvimento regional, a saúde pública ou vetores da política de emprego ou da política social** não diretamente relacionados com o funcionamento do mercado único.

Há **maior delegação do controlo dos auxílios estatais nas autoridades nacionais**. As novas normas relativas à defesa do consumidor, do

ambiente e da saúde e segurança no trabalho deixam de ser objeto de uma harmonização aprofundada, passando a limitar-se ao mínimo estritamente necessário. Os Estados-Membros beneficiam de uma maior flexibilidade para experimentar em determinadas áreas, mas nos domínios regulamentados a nível da UE, maiores poderes de execução asseguram a plena conformidade.

Noutros domínios, continuam a ser tomadas medidas para consolidar a área do euro e garantir a estabilidade da moeda comum. O peso da UE no mundo evolui em consonância com esta recalibragem das suas responsabilidades.

Panorâmicas:

- Uma **autoridade europeia das telecomunicações** seria competente para libertar frequências para serviços de comunicação transnacionais, como as necessárias para a **utilização de automóveis conectados em toda a Europa**. Agiria como entidade reguladora, protegendo os direitos dos utilizadores de telefones móveis e da Internet, independentemente da sua localização na UE.
- A nova **Agência Europeia de Luta contra o Terrorismo** contribuiria para dissuadir e prevenir ataques graves em cidades europeias, rastreando e assinalando sistematicamente os suspeitos. As autoridades policiais nacionais poderiam aceder facilmente às bases de dados europeias que contêm informações biométricas de criminosos.
- A **Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira** assumiria a gestão plena das fronteiras externas.
- Os salários, a legislação em matéria de segurança social e os níveis de tributação continuariam a variar significativamente na Europa.
- **Os consumidores europeus induzidos em erro por fabricantes de automóveis passariam a poder confiar na UE** para serem resarcidos e para que as empresas em causa fossem sancionadas.
- **Os agricultores poderiam ter acesso a dados sobre o tempo e a gestão das culturas a um preço acessível em tempo real**, graças a um sistema europeu de satélites plenamente operacional.

Cenário 5: Fazer muito «mais» todos juntos

A UNIÃO EUROPEIA DECIDE FAZER MUITO MAIS, CONJUNTAMENTE, EM TODOS OS DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Num cenário em que seja consensual que nem a UE-27 no seu estágio atual, nem os países europeus isoladamente dispõem dos meios suficientes para enfrentarem os desafios que se colocam, os **Estados-Membros decidirão partilhar, generalizadamente, mais poderes, recursos e a tomada de decisões.**

Consequentemente, a cooperação entre todos os Estados-Membros avançará mais do que nunca em todos os domínios. Do mesmo modo, a área do euro reforçar-se-á, no claro pressuposto de que tudo quanto for benéfico para países que partilham uma moeda comum o será igualmente para todos. **As decisões serão tomadas mais agilmente ao nível europeu e rapidamente aplicadas.**

Tal significará que:

Na cena internacional e na maioria dos seus fóruns, a Europa falará e atuará como um único sujeito nas negociações, aí dispondo de um único assento. O Parlamento Europeu terá a última palavra sobre os acordos comerciais internacionais. **Será atribuída prioridade à segurança e à defesa.** Em complementaridade plena com a NATO, **será criada a União Europeia da Defesa.** Tornar-se-á rotineira a cooperação no domínio da segurança. A UE-27 **continuará na vanguarda do combate global contra as alterações climáticas e aumentará o seu peso enquanto maior doadora mundial de ajuda humanitária e de ajuda ao desenvolvimento.**

A política externa alargada da UE implicará o **reforço da sua abordagem conjunta da migração.** Parcerias mais estreitas e um investimento acrescido na vizinhança da Europa e além dela ajudarão a criar oportunidades económicas, gerir a migração legal e a combater as vias irregulares.

No interior da UE-27, os esforços concentrar-se-ão na **ambição de se concluir o mercado único nos domínios energético, digital e dos serviços.** **Graças a investimentos conjuntos na inovação e**

na investigação, emergiriam vários «Silicon Valleys» que acolheriam agrupamentos de investidores de capitais de risco, empresas em fase de arranque, grandes empresas e centros de investigação. A integração plena dos mercados de capitais ajudará a mobilizar o financiamento de pequenas e médias empresas (PME) e de importantes projetos de infraestruturas em toda a UE.

Na área do euro, e nos Estados-Membros que pretenderem aderir, haverá maior coordenação em questões orçamentais, sociais e tributárias, assim como uma supervisão europeia dos serviços financeiros. A UE disponibilizará apoio financeiro suplementar para estimular o desenvolvimento económico e amortecer choques aos níveis sectorial, regional e nacional.

Panorâmicas:

- Prosseguir-se-iam ativamente **acordos comerciais** que seriam encetados, negociados e rapidamente ratificados pela UE em nome dos seus 27 Estados-Membros.
- Os europeus utilizariam **automóveis conectados** permanentemente em toda a Europa, graças a normas europeias e ao funcionamento de uma autoridade europeia fiscalizadora.
- Os europeus que pretendessem ter uma palavra a dizer sobre um projeto de **implantação de turbinas eólicas** na sua região debater-se-iam com a dificuldade de identificar a autoridade europeia responsável.
- **Os cidadãos em viagem no estrangeiro receberiam proteção e assistência consular de embaixadas da UE que, em determinadas partes do mundo, teriam substituído as nacionais.** Os cidadãos de países terceiros que pretendessem viajar para a Europa poderiam requerer vistos pela mesma via.
- **O Mecanismo Europeu de Estabilidade tornar-se-ia no Fundo Monetário Europeu.** Estaria sujeito ao controlo do Parlamento Europeu e assumiria novas responsabilidades a fim de prestar apoio ao Banco Europeu de Investimento na mobilização do financiamento da terceira geração do «Plano Juncker» para estimular o investimento em toda a Europa ■

Perspetiva 2020

Alentejo: Vasta Região, Grande Futuro



O desenvolvimento da agricultura no Alentejo, tanto na perspetiva 2020 quanto no médio e longo prazos, está diretamente relacionado com a disponibilidade financeira do orçamento da União Europeia, designadamente das verbas que neste domínio venham a ser consignadas para Portugal. Quer sejam os fundos de coesão quer se tratem das próprias verbas da Política Agrícola Comum, gostaria de referir a importância das questões orçamentais para o Alentejo, uma vez que as mesmas terão inevitavelmente relevância capital no desenvolvimento que vier a verificar-se na região.

Encontramo-nos neste momento numa situação de eminente buraco orçamental, devido à saída do Reino Unido do quadro da União Europeia, o chamado “brexit”. Esta saída implica a perda de um contribuinte significativo para o financiamento das políticas e dos programas da União, pelo que se torna fundamental fazermos uma reflexão sobre as prioridades dos decisores políticos e dos cidadãos europeus

Ora, a carência orçamental vai ainda ser agravada precisamente pelas prioridades dos cidadãos europeus relativamente ao que consideram ser o papel da União Europeia. Neste caso, em primeiro lugar surge a proteção das fronteiras, seguida pela questão da imigração e pela estrutura militar – uma vez que o Reino Unido constitui uma força de segurança externa com um peso muito significativo, cuja ausência no âmbito da União Europeia se torna particularmente relevante. Só em quarto lugar surge a Política Agrícola Comum como preocupação ou prioridade dos cidadãos comunitários.

Desta forma, um acordo sobre um novo quadro financeiro plurianual será uma ocasião importante para que os líderes renovem os seus compromissos. Refere-se frequentemente a questão dos chamados “contribuintes líquidos”, os países que do ponto de vista financeiro pagam mais do que recebem diretamente do orçamento comunitário.

No entanto, a questão não pode continuar a ser abordada desta forma simplista. Na realidade, e tendo em conta a última cimeira realizada em Bruxelas, a Comissão Europeia apresentou um con-



junto de dados, nos quais se verifica que o país que mais beneficiou com o mercado comum foi a Alemanha, com um valor de 110 mil milhões de euros, ainda que seja o maior contribuinte do orçamento comunitário. Para isto é naturalmente relevante o facto de países como Portugal utilizarem os fundos comunitários para comprar maquinaria e outros produtos, produzidos exatamente por países como a Alemanha.

Ora, um conjunto de países do norte da Europa já manifestou que não quer aumentar as suas contribuições para o orçamento comunitário. Isto vai acarretar uma negociação difícil para a generalidade dos países. Neste momento os Estados estão a contribuir com 1% dos seus produtos internos brutos para o orçamento comunitário, mas vão ser necessários 1,2% ou 1,3%. Para Portugal, cada 0,1% de acréscimo significa mais 180 milhões de euros. De qualquer forma, tendo em conta o que beneficiamos, penso que é um esforço que todos teremos inevitavelmente de fazer.

De uma forma natural, a composição do orçamento da União Europeia tem vindo a evoluir. A percentagem das despesas com a agricultura e com a coesão diminuiu, mas continua a representar cerca de 70% do total. O investimento está cada vez mais centrado nos programas diretamente geridos a nível europeu em domínios como a investigação, a inovação e as infraestruturas de transportes e energia. É neste quadro que a Política Agrícola Comum tem de ser gerida e considerada pelo conjunto dos Estados Membros, pelos respetivos decisores políticos e pelas respetivas opiniões públicas.

O setor da população que se dedica à atividade agrícola tem vindo a diminuir em Portugal, acompanhando a tendência europeia, em virtude de uma maior mecanização da produção agrícola. Essa realidade faz com que aumente significativamente o risco de a atividade agrícola não ser devidamente compreendida pelo conjunto da população. E esse risco pode refletir-se, de facto, em questões tão relevantes como precisamente o orçamento da União Europeia e a Política Agrícola Comum nesse quadro financeiro.

Alqueva

A carência de água nesta região tem sido, ao longo de décadas, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da agricultura e da economia alentejana como um todo. Contudo, Alqueva, como empreendimento de fins múltiplos, veio impor-se nos anos mais recentes como nova realidade para o Alentejo e mesmo como exemplo para o país.

O Sistema Global de Rega de Alqueva abrange uma área com cerca de 120 mil hectares, sendo constituído por um conjunto de sessenta e nove barragens, reservatórios e açudes. Trata-se de uma obra estruturante para o sul do país, que veio transformar profundamente a agricultura alentejana e que, numa primeira fase, tinha uma previsão de execução de 25 anos, devido a questões orçamentais. Foi possível terminar este projeto antes do fim desse prazo, verificando-se na atualidade um alargamento da área de regadio, tendo em conta os ganhos de eficiência técnica que a rega tem alcançado ao longo dos anos mais recentes.

Esta transformação da agricultura alentejana, transitando de uma atividade de sequeiro para culturas intensivas, de regadio, tem vindo a atrair empresários e a aumentar os rendimentos das áreas abrangidas pelo sistema de regadio do Alqueva, proporcionando uma agricultura mais sofisticada, com uma exigência de mão-de-obra qualificada e fazendo progredir a economia regional.

Este caminho irá, sem dúvida, prosseguir. Todos os indicadores e expectativas apontam nesse sentido. Quem conseguir ter acesso a água, quer seja através das infraestruturas de Alqueva, quer seja por via de regadios privados, terá a possibilidade de transformar a sua exploração. Há, no entanto, a ter em conta que Alqueva, apesar da sua grandiosidade, abrange apenas uma pequena parte do Alentejo, pelo que a agricultura de sequeiro continuará a predominar nesta região e a prosperar com as suas próprias especificidades e virtudes.

A tecnologia ditou a alteração que tem vindo a verificar-se na evolução das culturas de sequeiro para regadio, nomeadamente por via da mecanização das várias atividades em torno do olival e da vinha, tendo a mecanização da colheita permitido a expansão que atualmente se verifica. No futuro, provavelmente novas transformações tecnológicas permitirão a adaptar outras culturas em outras zonas do Alentejo.

Trata-se de uma paisagem típica, com um turismo de características muito específicas. Destaca-se a produção de vinhos e azeites de altíssima qualidade, acompanhados dos queijos, carne, enchidos e uma gastronomia peculiar, com particular incidência, por exemplo, no porco preto e no ecossistema específico do montado de sobro e azinho. O sistema de sequeiro terá, portanto, de se desenvolver à luz destas atividades, criando valor acrescentado nos produtos associados a esta região e promovendo marcas que confirmam aos produtos típicos alentejanos uma mais valia crescente.





Alterações Climáticas

O futuro vai, porém, trazer-nos um problema de difícil resolução. As alterações climáticas, com os efeitos que todos nós já podemos observar no quotidiano, irão sem dúvida marcar a nossa atividade ao longo das próximas décadas e o Alentejo está, a par de outras regiões, no centro desta questão. Estas mutações no clima irão condicionar o tipo de culturas que se praticam em cada região, uma vez que se prevê que no prazo de 30 anos as condições que vamos encontrar para desenvolver a nossa atividade sejam já significativamente diferentes das atuais.

Há inclusivamente previsões a indicar que o próprio montado de sobre terá dificuldades em sobreviver a uma maior escassez de água e a aumentos de temperatura agravados. Esperemos que venham a desenvolver-se soluções tecnológicas que permitam colmatar esta situação ou que as condições climáticas não venham a agravar-se da forma como se começa a prever.

No longo prazo, julgo que a região, com todo o seu potencial, terá de centrar-se mais na valorização do produto final, nomeadamente no azeite e em todos os outros produtos, à semelhança do que já acontece nos vinhos, assim com em atividades paralelas com o turismo rural, o turismo de habitação e a caça.

O Alentejo é uma região fantástica, com grandes potencialidades e com uma característica singular, uma vez que é dos territórios da União Europeia com menos habitantes por quilometro quadrado, um facto muito apreciado por quem procura a tranquilidade, longe dos grandes centros urbanos. Trata-se, sem dúvida, de uma grande região com um enorme futuro ■

Artigo da responsabilidade de Luís Mira - Secretário-Geral da CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal)



Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Ficha de Projecto

Projeto:

Criação de novo estabelecimento em Ponte de Sor

Beneficiário:

TEKEVER SPACE Sistemas Espaciais, Lda e TEKEVER III COMMUNICATION SYSTEMS, Lda.

Concelho (Localização Física da Operação):

Ponte de Sor

Investimento Elegível Aprovado:

€ 754.126

FEDER Aprovado:

€ 452.475

Descrição:

Trata-se de empresas do grupo TEKEVER TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A. que se dedicam ao desenvolvimento e produção de sistemas de comunicação, sem fios no terreno (comunicações táticas) baseados na customização de plataformas baseadas em tecnologia de ponta e direcionados para os mercados Aeronáutico, Segurança e Defesa.

Atualmente, o principal produto da empresa consiste num rádio tático para uso nos mercados da Defesa e Segurança baseado numa plataforma SDR desenvolvida no seio do grupo. Numa outra vertente,

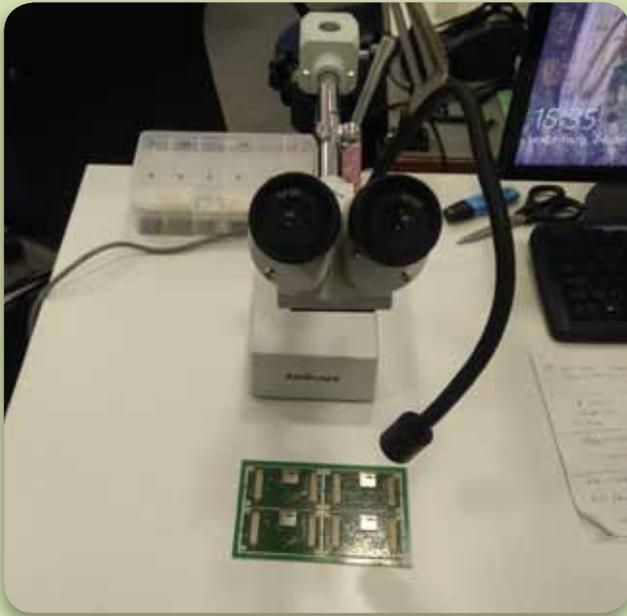
Os investimentos propostos preveem a criação de um novo estabelecimento no Aeródromo de Ponte de Sor, com o objetivo de promover atividades de investigação e desenvolvimento de sistemas de comunicações aeroespaciais, bem como a produção dos seus componentes estruturais, e o teste de sistemas estruturais aeroespaciais.

A empresa irá dotar as instalações das capacidades necessárias, ao nível de equipamentos e recursos humanos, sendo esperada a criação de capacidades para desenho e conceção de sistemas estruturais e teste de estruturas aeroespaciais.

As empresas já detêm uma forte percentagem de exportações 75% do seu volume de negócios, direcionados ao Reino Unido, França, Bélgica e Brasil, sendo que pretende aumentar esta elevada percentagem de exportações e o número de mercados em que estará presente ■

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020





Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Ficha de Projecto

Projeto:

Criação da primeira fábrica de massas frescas e pratos italianos pré-cozinhados refrigerados em Portugal

Beneficiário:

Splendid Opportunity, S.A.

Concelho (Localização Física da Operação):

Benavente

Investimento Elegível Aprovado:

€ 2.404.255

FEDER Aprovado:

€ 1.442.553

Descrição:

A sociedade SPLENDID OPPORTUNITY - S.A., foi constituída em novembro de 2015 tendo como objetivo a instalação de uma unidade de produção de massas frescas refrigeradas e pratos pré-confeccionados refrigerados no concelho de Benavente.

Os produtos que tenciona produzir destinam-se a famílias com um ritmo de vida intenso, que privilegiam sabores mediterrânicos, mas que não têm muito tempo para cozinhar.

O projeto refere-se ao investimento para instalação da empresa e da sua primeira unidade de produção, no concelho de Benavente e visa a instalação de uma fábrica de massas frescas e de pratos confeccionados, com 2 linhas de produção em paralelo, uma para massas frescas e outra para pratos confeccionados, dispondo de tecnologia inovadora de última geração. Contribuindo para o incremento do investimento empresarial numa atividade industrial totalmente nova em Portugal, ao nível do produto e do processo, o projeto promove o aumento da produção nacional através da integração de novas tecnologias e conhecimentos ■

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020



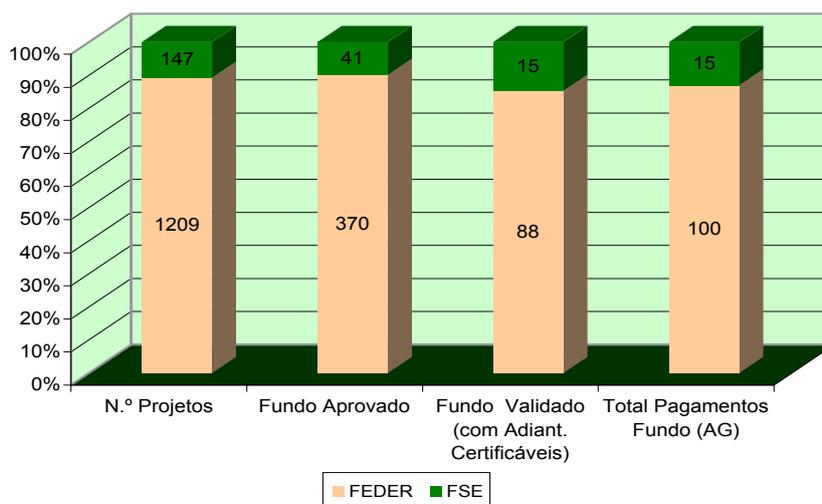


Programa Operacional Regional

Síntese da Execução do Alentejo 2020 (31 de Dezembro de 2017)

Os dados disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020, relativos ao final do ano de 2017, indicam que foram aprovados no âmbito deste programa um total de 410 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 1.356 operações, dos quais 89% das operações e 90% dos fundos foram aprovados no âmbito do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

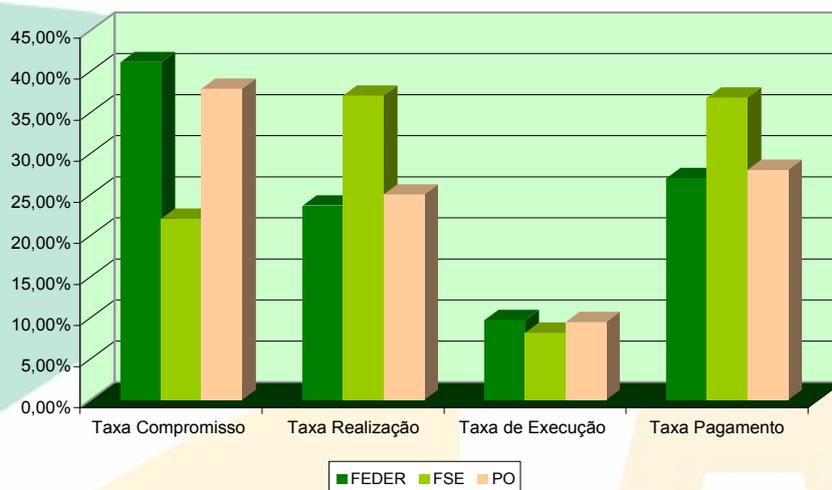
Gráfico – Síntese da execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Nessa data, encontravam-se validados cerca de 103 milhões de euros, a maior parte deles (85%) no âmbito do FEDER, e que já foram pagos a promotores perto de 116 milhões de euros.

Gráfico – Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



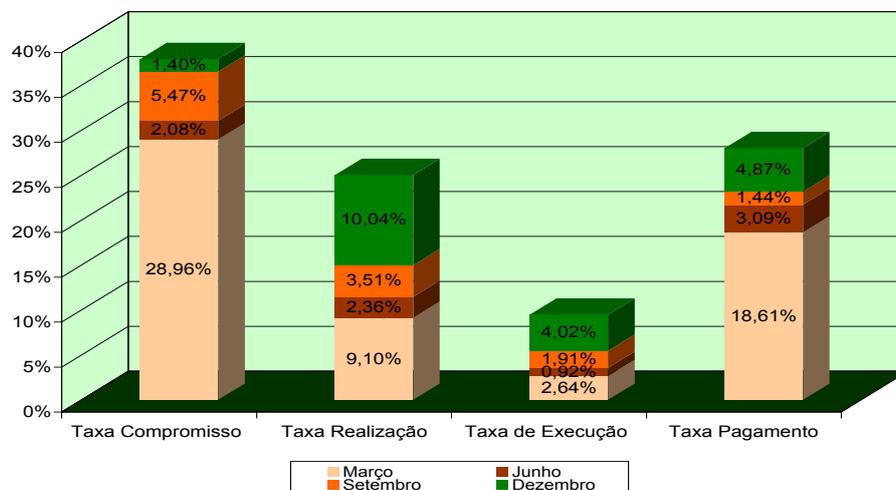
Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, tal como seria de esperar, o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, predomina em todos os indicadores de execução, à exceção das taxas de realização e pagamento, nas quais predomina o FSE – Fundo Social Europeu, fruto da génese das normas que permitem a concessão de adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações. No que concerne à execução do programa, a análise efetuada aos indicadores produzidos, permite cons-

tatar que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores próximos de 38% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Validado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Validado/Dotação de Fundo), com valores de 25% e 9,5%, respetivamente, e valores já consideráveis (28%) na Taxa de Pagamento (Fundo pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próxima dos 40%.

A evolução dos indicadores ao longo do ano de 2017, particularmente no último trimestre, foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de realização e também de execução e pagamento. Registe-se que, ao nível da taxa de execução, no 4º trimestre se verificou um aumento de 4,02 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 46 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

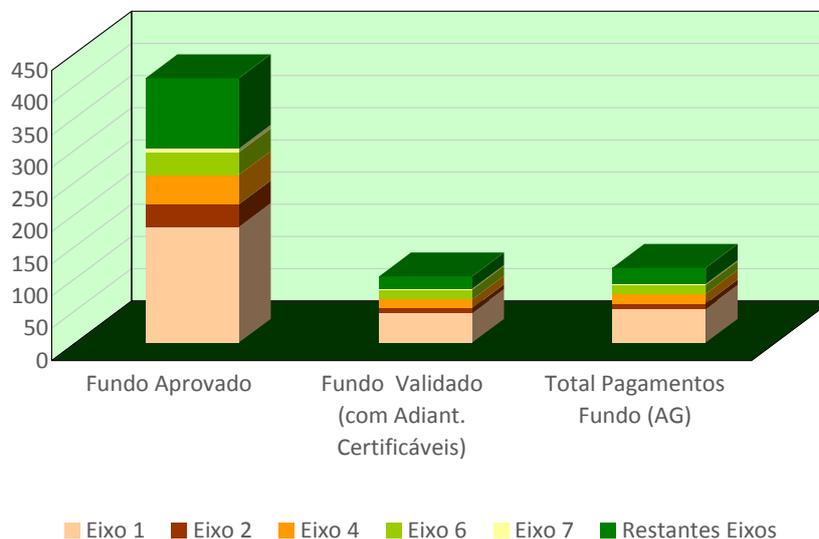
Gráfico – Evolução dos Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020 (fev. - dez. 2017)



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Ao nível dos Eixos Prioritários constata-se que cinco deles, 1-Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, representam 80% da dotação de fundos europeus associados a este PO Regional. No final do ano de 2017, esses cinco eixos representavam 73% dos fundos aprovados, 81% do fundo validado e 78% dos fundos pagos.

Gráfico – Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários

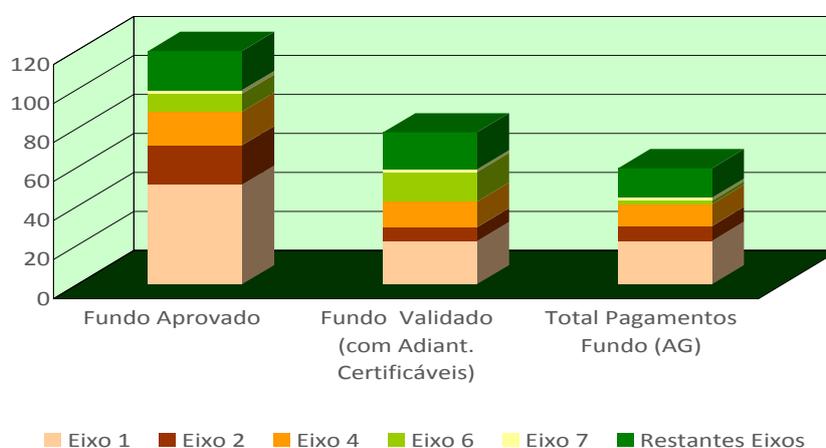


Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

De entre os Eixos Prioritários mencionados, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (44%), como a nível de Fundo Validado (49%), e também de Fundo Pago (45%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

Paralelamente, a análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 ao longo do ano de 2017, permite observar que foram aprovadas operações que promoveram a aprovação de cerca de 120 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 29% relativamente ao ano transato. No mesmo período, foram validados perto de 78 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 59 milhões, valores que, relativamente ao ano anterior, representam acréscimos de 76% e 51%, respetivamente. Neste período também se destacou dos demais o Eixo 1.

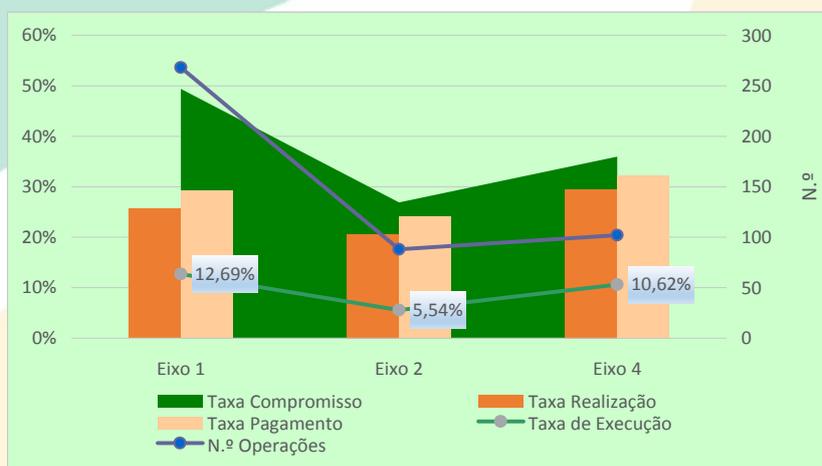
Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários durante o ano de 2017



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise dos indicadores de execução ao nível dos três Eixos Prioritários mais representativos, o 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, que detém a maior dotação de fundos europeus, 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano, que detém a maior dotação de FSE, e 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável. No que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado corresponde ao Eixo 1, com valores próximos dos 50%. Por sua vez, relativamente à taxa de realização e pagamentos destaca-se o Eixo 4, que se aproxima dos 26% e 33%, respetivamente.

Gráfico - Indicadores de Execução por Eixo prioritário

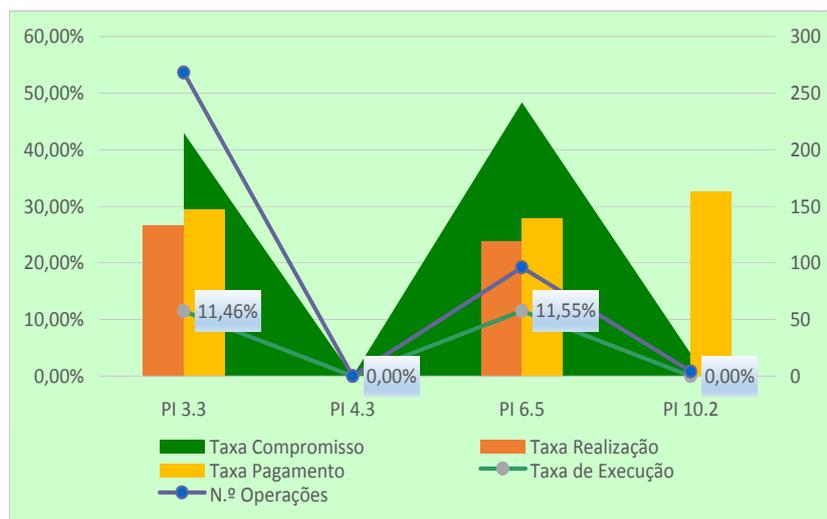


Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

No que concerne à taxa de execução, também se destaca o Eixo 1, com valores de 12,7%, os quais são superiores à média do programa (9.5%). A este nível as diferenças registadas entre estes três eixos (1, 2 e 4) são particularmente evidentes ao nível do fundo comprometido e do número de operações aprovadas, com vantagem para o Eixo 1, que continua a ser o mais dinâmico, uma vez que também é o que apresenta melhores valores de execução. De referir que todos os Eixos prioritários já apresentam valores de execução, se bem que dois deles, o 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos e 7 – Eficiência Energética e Mobilidade, apresentem taxas ainda reduzidas.

Realizando uma análise semelhante, mas envolvendo as quatro Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, (3.3 – Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano e 10.2 – Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior, que detém a maior dotação de FSE).

Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Há que registar que a PI 4.3, relacionada com a eficiência energética, não apresenta ainda operações aprovadas, e como tal não tem qualquer registo de execução. O mesmo se pode dizer a respeito da PI 10.2 que apresenta apenas 4 operações aprovadas que mobilizam pouco mais de 3% da dotação de fundos europeus prevista e que tirando um valor considerável de taxa de pagamento, muito por força da génese do FSE, não regista outros valores de execução.

A nível da Taxa de compromisso, constata-se que os valores mais elevados se encontram nas PI 3.3 e 6.5 com valores de 43% e 48%, respetivamente. Por sua vez estas duas PI também registam valores muito próximos ao nível das taxas de realização (27%, 24%, respetivamente), das taxas de execução (11,5%, 11,6% respetivamente) e das taxas de pagamento (29%, 28%, respetivamente). De referir que além da PI 4.3, existem mais 4 PI (4.2 – Promoção da eficiência energética, 8.1 – Acesso ao emprego, 8.3 – Criação de emprego por conta própria e 11.2 – Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação) que não foram mobilizadas, pois não apresentam no final do período em análise qualquer operação aprovada ■

Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, engenheiro, mestre em economia agrícola - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

